

2

PÁGINA

A preocupação ambiental
Rafael A. Orsi

Entrevista com
Jefferson O. Goulart

3

PÁGINA

A concretização dos Direitos Sociais
José Carlos de Oliveira e Murilo Gaspardo

4

PÁGINA

A educação especial e os princípios da educação inclusiva
Relma Urel Carbone Carneiro e Maria Júlia Canazza Dall'Acqua

FÓRUM

Wikimedia Commons



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

O Estado Democrático de Direito foi consolidado no Brasil pela Constituição Federal de 1988, que completa 25 anos de sua promulgação em outubro. Alguns a acusam de ser prolixa e exaustiva, enquanto outros a veem como um repositório de direitos e garantias fundamentais para o povo brasileiro. A oitava Constituição nacional, como bem mostram a entrevista e os três artigos deste Caderno, expressa grande preocupação quanto aos direitos sociais dos cidadãos, assegurando uma série de dispositivos que garantem aos brasileiros condições para uma vida digna, com acesso à justiça, à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à previdência social e proteção à infância.



Shutterstock

A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

Rafael A. Orsi

Diferentemente das Constituições anteriores, a Constituição Federal de 1988, dentre outros aspectos importantes, traz um grande avanço no que se refere à proteção ambiental. Fato até então inédito no Brasil, dedica um capítulo exclusivamente ao meio ambiente. O capítulo VI – artigo 225 – se atém a explicitar a preocupação ambiental dessa constituinte, destacando os recursos naturais como bem de uso comum e de responsabilidade de toda a sociedade. As Constituições Federais anteriores, de certa forma, não deixavam a temática totalmente de lado, já que, implicitamente, quando se fala em saúde pública ou qualidade de vida os aspectos ambientais se fazem presentes. Porém, além da menção à natureza não aparecer de forma direta, os casos onde era possível ponderá-la estavam dispersos no texto, necessitando de interpretações mais ou menos elásticas para estabelecer tais relações.

Já em relação à CF-88, o que há de novo, no que tange ao meio ambiente, é deixar explícita a relevância da dimensão ambiental para a qualidade de vida e para a sociedade brasileira e, mesmo que de maneira tímida, ampliar o foco, o que implica deslocar o eixo de uma leitura estritamente antropocêntrica na valorização da natureza.

Coerente com o momento histórico pelo qual passava o mundo, sobretudo no último quarto do século XX, o meio ambiente é incorporado à Carta Magna com pressupostos do desenvolvimento sustentável – atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a satisfação das gerações futuras –, ficando assim sujeito a todas as críticas que recaem sobre tal conceito. De qualquer maneira, a preocupação que se aprofundava – mal-estar que infelizmente ganha magnitude atualmente, dado o agravamento da crise – encontrou concretude na CF-88. Eventos como acidentes em usinas nucleares, derramamentos de produtos tóxicos ou quadros de desmatamento e perda de biodiversidade permeiam o texto do artigo 225 e trazem um leque de temáticas que tomavam conta do debate internacional e irão se desdobrar no final do século XX e início do XXI em conferências como a Eco-92 e suas respectivas reuniões de avaliação, e também em diferentes fóruns que ocorrem difusos pelo mundo.

Inserido em um conjunto de transformações dessa nova constituinte, o debate ambiental e as ações sobre território que tenham potencial de impactar a natureza também devem seguir princípios fundamentais da democracia que se quer construir, na qual

a transparência, a participação e a descentralização são estruturantes das ações públicas ou privadas que recaem sobre o território.

Apesar do avanço e do ganho ao inserir a preocupação ambiental de forma direta na CF-88, o que a torna afinada com um importante e legítimo debate de nossa época, estranhamente em seu texto (§ 4º) ao estabelecer os biomas brasileiros como patrimônio nacional, omite-se o Cerrado, a Caatinga e os Campos Sulinos. Se pensado o Estado Nacional como um todo e a natureza como um sistema integrado e complexo, tal omissão é grave. É certo que não há vazios constitucionais para esses biomas, já que a Constituição em seu todo é aplicada a essas áreas também. Mas o não reconhecimento do Cerrado, da Caatinga e dos Campos Sulinos como patrimônios nacionais parece enfraquecer ou minimizar a importância desses biomas, os quais sabidamente também são ricos em sua biodiversidade. Sem espaço para desenvolver especulações, indagações importantes a serem feitas são: o que justifica tal omissão? Ignorância dos parlamentares na época da elaboração da CF em relação à importância desses biomas? Sua menor exuberância, se comparados a florestas tropicais e equatoriais? Lobbys latifundiários e/ou agropecuários?

Tratamento secundário nos debates e preocupações internacionais? Enfim, diferentes aspectos podem ter permeado tal ausência. De qualquer maneira, agora é necessário voltar-se para esses biomas e destacar um tratamento constitucional igualitário para todo o território nacional.

Nesses últimos 25 anos o Brasil e o mundo passaram por grandes transformações – em diferentes sentidos – e a dimensão ambiental ganha magnitude e desperta a preocupação de todos os setores sociais. A CF-88 representa um grande marco de reconhecimento e preocupação do Estado brasileiro com a dimensão ambiental para promoção da qualidade de vida da população. Embora nestes mesmos 25 anos tenha-se visto diferentes direitos constitucionais serem atravessados, a inserção do meio ambiente na Carta Magna não se apequena, antes torna-se muito mais viva, reconhecendo que somente a existência do texto não resolve a problemática per se, mas sim é necessário conhecê-lo, debatê-lo e colocá-lo em prática.

Rafael A. Orsi é professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Araraquara.

UMA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

JEFFERSON O. GOULART
Por Oscar D'Ambrosio

Professor e atualmente chefe do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) da Unesp, Câmpus de Bauru, Jefferson O. Goulart é pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Nesta entrevista e no artigo que a originou, ele reflete sobre os 25 anos da Constituição nacional.

JORNAL UNESP: Como ocorreu a transição do regime autoritário para o democrático?

Jefferson O. Goulart: A transição no Brasil tem início no interior do próprio regime autoritário. Mas sabemos que o sentido da abertura era outro: institucionalizar o regime, promover o retorno das elites civis e manter a tutela militar, enfim a distensão “lenta, gradual e segura”. Essa estratégia não teve êxito porque a oposição e a sociedade civil não aceitaram seus limites. E também porque o cenário socioeconômico degenerou-se e produziu um ambiente politicamente desfavorável à ditadura.

JU: Como é possível visualizar as negociações que ocorreram?

Goulart: A formação da Aliança Democrática (PMDB e PFL) e a escolha da chapa Tancredo-Sarney foram as expressões mais fortes da negociação para pôr fim ao regime pelo alto, evitando-se o imponderável das eleições presidenciais diretas. Para a nova coalizão de poder, tratava-se de excluir o componente popular. Original a cronologia da transição brasileira: antes do restabelecimento de eleições diretas para presidente é convocado um processo constituinte. Não uma assembleia constituinte livre, soberana e democrática, mas um congresso com poderes constituintes, eleito sob o efeito devastador do Plano Cruzado. Exceto em Sergipe, em 1986 o PMDB elegeu todos os governadores estaduais e, ao lado do PFL, conquistou quase 80% da representação constituinte.

JU: A Constituição que surgiu pode ser considerada moderada?

Goulart: Seria então natural uma constituinte moderada, uma vez que sua maioria conservadora lhe daria feição e forma comedidas. Ledo engano. Se havia consenso quanto à superação do regime político, o mesmo não se pode dizer em relação aos desafios de um país dilacerado pela inflação, em uma conjuntura em que os fluxos de capitais in-



Divulgação

Partidos políticos tiveram papel relevante na organização de demandas

ternacionais cessavam e na qual o padrão desenvolvimentista dava claros sinais de colapso, além do descolamento social dos tradicionais grupos e canais de interlocução política. Os debates sobre um novo modelo de desenvolvimento e um novo país não vingaram porque, no fundamental, as forças políticas e as elites civis não sabiam exatamente para onde ir. Em outras palavras, uma nítida crise de hegemonia.

JU: Os partidos políticos foram relevantes no processo?

Goulart: Os partidos políticos tiveram papel de relevo nesse processo, organizaram demandas e negociaram com outros atores (governo, Forças Armadas, trabalhadores, empresários, igrejas etc.), consumando um mosaico de interesses contraditórios sempre à busca de síntese. O país não se tornou ingovernável, não houve paralisia decisória nem o Estado quebrou.

JU: Como definir a Constituição resultante?

De uma correlação de forças originalmente conservadora brotou uma constituição farta de direitos, daí o epíteto de cidadã. Conteúdo que, 25 anos depois, permanece em disputa. Não obstante algumas imperfeições, a solidez do sistema político-institucional não autoriza ilações sobre déficit de democracia. Ainda assim, temos um claro desequilíbrio da cidadania que se manifesta na precariedade de direitos sociais e, na acepção de Guillermo O'Donnell, na "inefetividade da lei", que torna a cidadania truncada e os direitos civis, frágeis.

O texto que deu origem a esta entrevista está disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!debate-academico/constituicao-e-cidadania/>>.

Shutterstock



A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

José Carlos de Oliveira e Murilo Gasparido

A Constituição Federal de 1988 tem entre suas características a garantia de direitos sociais e a escolha das políticas públicas como via por excelência para sua concretização. Ao celebrarmos vinte e cinco anos de sua promulgação, é oportuno refletir sobre os avanços institucionais ocorridos neste período, bem como sobre os desafios a serem enfrentados.

Originalmente, a Constituição já incluía, no título de "Direitos e Garantias Fundamentais", juntamente com os consagrados direitos dos trabalhadores, um amplo rol de outros direitos sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Posteriormente, outros dois direitos foram incluídos: moradia e alimentação. Além disso, a Constituição não se limitou a enunciar direitos sociais, estabeleceu objetivos, princípios e diretrizes para orientar sua concretização por meio de políticas públicas, no Título da "Ordem Social".

Com fundamento nestes mandamentos constitucionais, aconteceram importantes avanços institucionais, como a edição de leis para concretização dos direitos sociais, tais como: Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei do Fundeb, Lei Orgânica da Assistência Social, ECA e Lei das OSCIPs, a qual criou, ao lado dos convênios, mais um instrumento de parceria do Estado com o terceiro setor na implantação de políticas públicas. Com a participação da sociedade, por meio das Conferências, foram elaborados "Planos Nacionais", como de Saúde, Educação e Assistência Social, e estão em curso programas internacionalmente reconhecidos, como o "Bolsa Família".

Observou-se, ainda, significativa evolução na compreensão, pelo Poder Judiciário, das normas constitucionais garantidoras de direitos sociais, que deixaram de ser consideradas meramente "programáticas" e passaram a ser reconhecidas como de eficácia plena, vinculantes para o legislador e para o administrador, inclusive com ações que demandam a concretização de direitos sociais sendo julgadas procedentes. Outras atuações do Supremo Tribunal Federal foram marcantes na interpretação de direitos, como os julgamentos das ações envolvendo as células tronco, a anencefalia, questões ambientais, desenvolvimento tecnológico, direitos humanos e terras indígenas, dentre outras. Registra-se que tal postura do Poder Judiciário, que se costuma

denominar de "politização", ou seja, sua atuação na concretização da política governamental resulta de previsões da própria Constituição Federal e de legislação complementar, do perfil intervencionista do Estado Social, da ineficiência dos poderes representativos na concretização dos direitos sociais e do movimento teórico "neoconstitucionalista".

Não obstante estes importantes avanços institucionais, bem como a melhoria substancial de alguns indicadores sociais, como mortalidade infantil e expectativa de vida, é notório que ainda estamos muito distantes da realização dos objetivos traçados pela Constituição Federal há vinte e cinco anos.

Especialmente no que se refere à atuação do Poder Judiciário, que entendemos ser bastante positiva, é preciso certa cautela, pois há custos para a concretização de direitos sociais e, muitas vezes, ocorrem colisões entre direitos sem que existam recursos para contemplar todas as necessidades, e os conflitos distributivos, em última análise, precisam ser resolvidos nas arenas representativas. Além disso, nas ações judiciais, mesmo que coletivas, por não haver uma compreensão e contraposição global dos recursos disponíveis, dos interesses e das necessidades em jogo, há risco de perda de racionalidade na escolha das prioridades e de favorecimento daqueles que, por diversas razões, como econômicas, conseguem acessar o Poder Judiciário de forma mais rápida e eficiente.

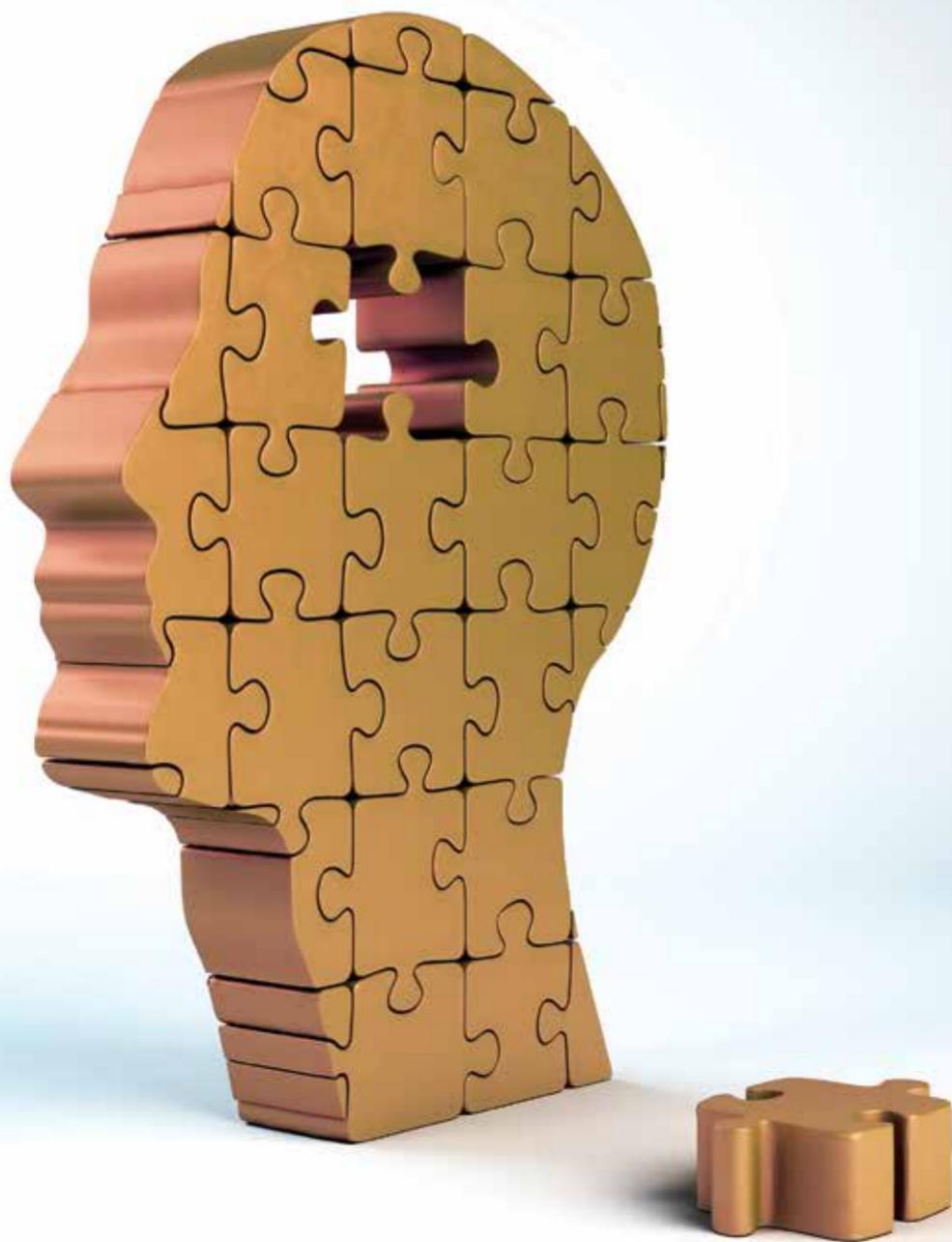
Portanto, não devemos incidir no equívoco de tentar concretizar uma Constituição democrática atribuindo ao povo um papel de mero espectador, pois a conquista de direitos é sempre fruto de muitas lutas. Todo o poder emana do povo, e a experiência democrática desses vinte e cinco anos demonstra que estamos no caminho certo para forjar os mecanismos de representação política e de efetivação das políticas públicas como instrumento de concretização dos objetivos da República – a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Portanto, não devemos incidir no equívoco de tentar concretizar uma Constituição democrática atribuindo ao povo um papel de mero espectador, pois a conquista de direitos é sempre fruto de muitas lutas. Todo o poder emana do povo, e a experiência democrática desses vinte e cinco anos demonstra que estamos no caminho certo para forjar os mecanismos de representação política e de efetivação das políticas públicas como instrumento de concretização dos objetivos da República – a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

José Carlos de Oliveira é professor de Direito Administrativo do curso de Direito e no programa de pós-graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp/ Câmpus de Franca. Doutor e Mestre em Direito pela Unesp.

Murilo Gasparido é professor substituto de Ciência Política e Teoria do Estado do curso de Direito da FCHS da Unesp, Câmpus de Franca. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela USP.

Conquistas são frutos de muitas lutas



A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Relma Urel Carbone Carneiro e Maria Júlia Canazza Dall'Acqua

Em seu preâmbulo, a Constituição Brasileira apresenta a intenção de garantir os princípios de um estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como fatores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, dentre outros. Esses princípios correspondem a um ideal preconizado por um novo paradigma, em que a participação de todos os indivíduos na vida social é um imperativo. No entanto, historicamente, a sociedade criou mecanismos de separação entre grupos, apresentados de diversas maneiras. Na educação, os indivíduos com deficiências foram excluídos do sistema comum e a criação de um modelo de educação paralelo,

chamado de especial, não só segregou e inibiu o pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos nele matriculados, como estabeleceu representações sociais de incapacidade creditadas a tais indivíduos.

Atendimento especializado é um mecanismo necessário

No Título I, que trata Dos princípios fundamentais, o artigo 3º refere que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. Ao estabelecer esses objetivos a Constituição assume uma postura preconizada pelos princípios da inclusão que pressupõe que nenhum tipo de diferença pode separar os indivíduos, que têm, como cidadãos, os mesmos direitos e deveres perante a lei, conforme prescrito no Título II Dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I artigo 5º.

No Capítulo II Dos direitos sociais, o artigo 6º apresenta como primeiro direito social a educação, seguido da saúde, alimentação, etc. Seguindo a linha mestra de que todos são iguais perante a lei e que a educação é considerada como o primeiro direito social, podemos inferir que a nossa Constituição defende a educação inclusiva e prevê a inclusão escolar de todos os seus cidadãos em ambientes comuns. No entanto, a inclusão escolar de alunos com deficiência, por si só, não garante uma educação inclusiva em que as diferenças, muito mais do que toleradas, sejam valorizadas. Para tanto, faz-se necessário que a garantia desse direito seja traduzida em deveres para além da letra da lei.

O Título III, no Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I Da Educação traz no Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Sobre esse aspecto, pode-se considerar que o acesso de alunos com deficiência à escola comum tem aos poucos se efetivado, embora não sem resistência, porém a permanência de tais alunos requer uma reorganização da escola para atender suas necessidades, de forma equânime. Essa reorganização passa por aspectos políticos, econômicos, estruturais, instrumentais, etc, e demanda ações práticas e imediatas.

Ainda nesta seção o Art. 208 diz que o dever do Estado com a educação será efetivado, entre outros, mediante a garantia de: III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O atendimento educacional especializado é um dos mecanismos necessários à reorganização da escola, pois é um espaço para garantir o atendimento de especificidades bem como para prover apoio à escolarização em ambientes comuns, regulamentado em legislação própria como complementar e não substitutivo ao ensino comum. Ao instituir o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, a Constituição estabelece que esse atendimento, que é complementar, deva ser realizado prioritariamente na rede regular, e não a matrícula oficial, essa sim deve acontecer na rede regular de forma a atender os princípios democráticos de uma sociedade sem discriminações.

Passados 25 anos da promulgação da Constituição percebemos que caminhamos a passos lentos em direção a uma sociedade igualitária em direitos no que se refere à educação inclusiva. Embora sendo norteadora de princípios gerais e base para reivindicações legítimas, seu impacto na escola real ainda não é profundo. As mudanças necessárias implicam, entre outras, em vontade política tanto na esfera micro como macro, na necessidade de investimento em políticas públicas capazes de traduzir a letra da lei maior em realidades objetivas, capazes de escrever uma história de respeito e valorização da diferença como característica básica da condição humana.

Relma Urel Carbone Carneiro é docente do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Araraquara-SP. relma@fclar.unesp.br

Maria Júlia Canazza Dall'Acqua é docente aposentada do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Araraquara-SP. juliacandal@gmail.com

7 Pesquisa coordenada pela Universidade publicada na revista *Science*



12 Bibliotecas investem em projetos de acessibilidade



5 Diálogos entre ciência, tecnologia e empreendedorismo

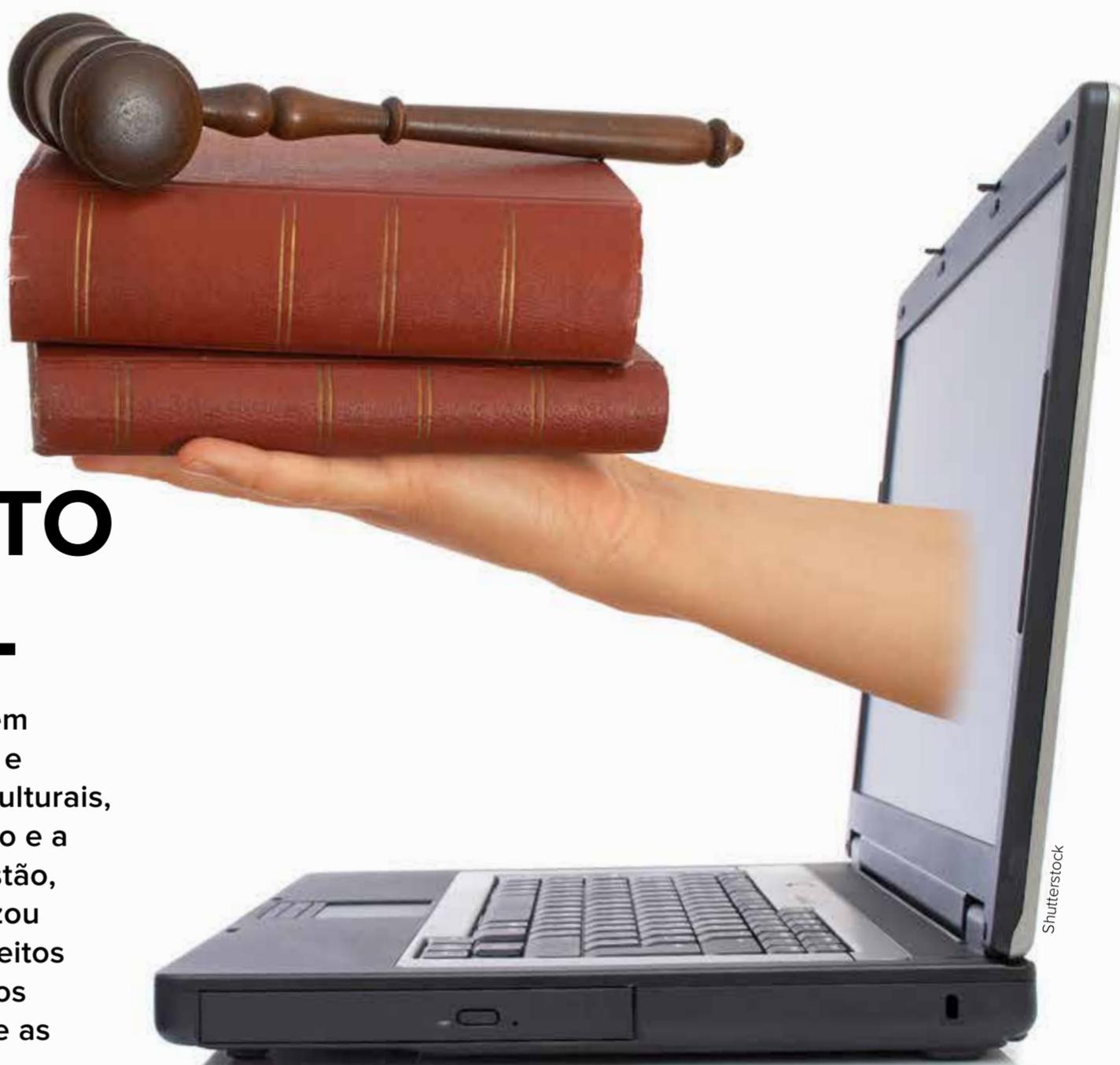
jornal unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA • ANO XXVII • NÚMERO 290 • JULHO 2013

DILEMAS DO DIREITO AUTORAL

As novas tecnologias permitem o barateamento da produção e ampliam o acesso aos bens culturais, mas também facilitam o plágio e a pirataria. Para debater a questão, a Universidade do Livro realizou o Seminário Internacional Direitos Autorais: tendências e desafios contemporâneos. Acompanhe as discussões nas páginas 8 e 9



Shutterstock



16 Guia identifica aves em Jardim Botânico

11 Debate enfoca suicídio e sua prevenção

25 anos da Constituição
Entrevista e artigos discutem consolidação do Estado Democrático de Direito





Medicina Veterinária: um currículo em movimento

Novas demandas tendem a ampliar cada vez mais o campo de atuação

Rogério Martins Amorim

Há tempos a Medicina Veterinária deixou de ser uma ciência que cuida apenas de animais doentes, apesar de este conceito ainda prevalecer no imaginário popular. Fato este compreensível, visto que a função de “cuidar de animais” é muito antiga, tendo surgido com a domesticação dos animais pelo homem. A *ars veterinaria* estava registrada no Papiro de Kahoun, de cerca de 4000 a.C. Os códigos Eshn Unna (1900 a.C.) e de Hamurabi (c. 1700 a.C.), na Babilônia, trazem referências ao pagamento e atribuições dos médicos dos animais. Na Grécia antiga a profissão era conhecida como hipiátrica e posteriormente em Roma foram publicados tratados sobre doenças em animais. Contudo, o estudo sistemático da Medicina Veterinária surgiu na Europa com a fundação da primeira escola de Medicina Veterinária

em Lyon, na França, pelo francês Claude Bougerlat em 1761, à qual se seguiu o surgimento das escolas de Viena (1768), Turim (1769) e Göttingen (1771).

No Brasil, a criação das duas primeiras instituições de ensino de Medicina Veterinária ocorreu bem mais tarde, no início do século XX, com a fundação da Escola de Medicina Veterinária do Exército (Dec. nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910), aberta em 17/7/1914, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Dec. nº 8.919 de 20/10/1910), com início das atividades em 4/7/1913, ambas na cidade do Rio de Janeiro. Na mesma época, em 1911, a Congregação Beneditina Brasileira do Mosteiro de São Bento, em Olinda, Pernambuco, através do Abade D. Pedro Roeser, sugere a criação de uma instituição destinada ao ensino das ciências agrárias – Agronomia e Veterinária.

Na era moderna, a inter-relação entre os animais, o homem e o meio ambiente tem sido o escopo de atuação do médico veterinário. Desta tríade emergem diversas áreas de atuação, além da saúde animal, como a saúde pública e a saúde ambiental.

A saúde animal compreende o conhecimento tanto das enfermidades que acometem as diversas espécies animais, quanto de “como” promover a saúde para produção, de qualidade de alimentos de origem animal, a qual influencia diretamente a economia nacional – afinal o Brasil é um dos maiores produtores/exportadores de carne.

A saúde pública exige do médico veterinário competências para lidar com epidemiologia, zoonoses, inspeção de produtos de origem animal, planejamento e gestão de serviços de saúde.

Recentemente o médico veterinário foi incluído no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF (Portaria 2.488 do Ministério da Saúde, 2011), interagindo com outras áreas do saber na atenção primária à saúde.

Na saúde ambiental, a produção sustentável de alimentos, a conservação dos recursos naturais e genéticos, assim como a relação entre o meio ambiente e as enfermidades permeiam as atividades do médico veterinário.

Neste contexto, a organização da sociedade contemporânea aliada à globalização tem gerado novas demandas que tendem a ampliar cada vez mais o campo de atuação da Medicina Veterinária. Portanto, o grande desafio das instituições de ensino superior é dar conta desta formação complexa que interfere

diretamente com a qualidade de vida da população.

O ensino da Medicina Veterinária, regulamentado pela Resolução CNE/CES 1, de 18 de fevereiro de 2003, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais, define o perfil do egresso.[...] Percebe-se, baseado nas diretrizes curriculares, a clara necessidade de quebra do paradigma mecanicista que organiza o currículo em disciplinas isoladas, para uma visão sistêmica que privilegia a interdisciplinaridade. Assim como a maior articulação entre a estrutura curricular da graduação com a pesquisa e a extensão universitária. É na interface de atuação destes setores que surge a inovação pedagógica.

Da mesma forma, outra questão que surge no debate sobre os currículos de Medicina Veterinária é a polarização entre a formação generalista, exigida pela resolução citada e justificada pela ampla gama de atuação deste profissional, e a especialista, fomentada pelo mercado de trabalho. A inclusão de uma terceira opção, formação generalista e especialista, pode atender a estas demandas, tendo a educação continuada um papel fundamental neste processo.

Frente a estas questões, a reestruturação curricular baseada no processo de articulação dos cursos de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária de Araçatuba, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu e da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal torna-se uma importante estratégia para a manutenção da liderança nacional da **Unesp** na área de Medicina Veterinária, uma vez que seus cursos ocupam as primeiras posições considerando-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e respondem por 19,5% da publicação científica na área de Medicina Veterinária no país.

Rogério Martins Amorim é professor e coordenador do curso de graduação de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da **Unesp**, Câmpus de Botucatu.

Artigo completo disponível em: <<http://migre.me/f5eA7>>.



Para a entrevistada, sociedade demanda capacidade de atuar em áreas diferentes



Ex-aluna da Unesp leciona em Cornell, EUA

Maria Julia Felipe reflete sobre competências e desafios da profissão

Sérgio Santa Rosa, da FMVZ/Botucatu

Como parte das comemorações pelo seu jubileu de ouro, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da Unesp, Câmpus de Botucatu, promoveu a palestra "Situação da educação e preparação para Medicina Veterinária: atuais desafios e diferenças entre o currículo nos EUA e Brasil". A convidada para ministrar a palestra foi a médica veterinária Maria Julia Felipe, formada pela FMVZ em 1989 e, atualmente, professora da área de grandes animais e responsável pelo currículo de Medicina Veterinária da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. A palestra ocorreu dia 25 de abril.

Jornal Unesp: De maneira geral, o que é essencial para compor um currículo consistente?

MARIA JULIA FELIPE: É necessário entender e definir os objetivos profissionais. Dessa forma, será possível também definir o que é essencial para alcançá-los. O desafio é cobrir as exigências de todas as áreas da nossa profissão. Outra questão importante é habilitar o indivíduo a buscar

a informação. Isso faz parte da estrutura curricular. A maneira como você ensina determina a capacidade do aluno de saber buscar, assimilar e criticar a informação. E, por fim, é preciso manter as oportunidades profissionais e ampliá-las. Acho que a profissão não pode ser restrita. A sociedade demanda várias competências e a nossa profissão pode atingir a sociedade e participar de suas decisões em diversos aspectos.

JU: Diante disso, qual é a sua opinião sobre a especialização do profissional de Medicina Veterinária?

MARIA JULIA: A sociedade demanda uma capacitação que nós traduzimos como especialização. Acho que, na verdade, não é preciso ser tão especializado. Estar preparado é diferente de ser especializado. Estar preparado é ter habilidade técnica e conhecimento, somados a uma capacidade de decisão e de buscar ajuda quando for preciso. Especialização em medicina veterinária pode limitar demais a carreira e as possibilidades de mudança

de área. Acho que o currículo define a profissão e se ela é ampla, como no caso da medicina veterinária, o profissional traz para a sociedade essa capacidade de atuar em áreas diferentes. Eu ainda sou adepta do ensino amplo, com oportunidades de aprimoramento em áreas de interesse. É preciso deixar que o indivíduo esteja habilitado para crescer onde as oportunidades forem surgindo, desde que esteja capacitado para entender e utilizar ideias novas.

JU: Em Cornell há uma parte do currículo dedicada à gestão da carreira profissional. Como funciona?

MARIA JULIA: É necessário ter um conhecimento administrativo para que seu empreendimento vá bem. Um profissional que sabe negociar melhor, se apresentar melhor e vender suas qualidades profissionais valoriza a profissão e a si mesmo. A capacidade que o indivíduo tem de ter seu negócio próprio é um caminho que pode ser muito lucrativo, profissionalmente falando. E nossos alunos são tímidos nesse sentido porque eles

têm uma dívida educacional muito grande. Mas o próprio negócio pode ajudá-los a pagar suas dívidas. Temos tentado preparar os alunos para isso. Também buscamos preparar a mulher que, com as questões familiares e de maternidade, fica mais tímida profissionalmente. Às vezes ela não tem força na negociação. Já começa tentando negociar uma flexibilidade e não uma remuneração. Tentamos preparar a mulher para que ela possa ter uma carreira bem remunerada e construir sua família.

JU: O Brasil passa por uma grande discussão sobre a implantação do sistema de cotas para acesso à universidade. Na sua escola, como chegam os alunos?

MARIA JULIA: É bastante variável. Os alunos chegam com o aprendizado de "college", mas os cursos são muito variados. Eles têm treinamento em áreas como biologia, bioquímica, história, línguas. Por isso, nos dois primeiros anos ensinamos assuntos básicos. É difícil, às vezes, colocar todos em sintonia. Em relação

ao sistema de cotas, eu acho que elas podem surpreender positivamente. É preciso ver o que vai acontecer. As escolas devem se preparar para a possibilidade de ter que tentar igualar o nível de conhecimento dos alunos para que possam todos progredir em conjunto. Mas, repito, pode ser que seja surpreendente. A vontade de aprender faz acontecer. Pode ser interessante e acho que será bom para a sociedade brasileira a longo prazo.

Maria Julia: sociedade demanda competência





Kokubun: aproximação da gestão dos programas do Plano de Desenvolvimento Institucional

Uma Pós-Graduação para novos tempos

Encontro debate problemas, metas e como medir impactos sociais dos programas

Daniel Patire

A Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) realizou o IV Encontro de Coordenadores de Pós-Graduação da Unesp. O evento reuniu cerca de 200 professores dos 123 programas de pós-graduação e servidores técnicos das Diretorias Técnicas Acadêmicas (DTA) e Seções Técnicas de Pós-Graduação (STPG) das unidades universitárias, além de toda a equipe da Pró-reitoria. E marca o início da gestão dos novos coordenadores dos programas, que começou na primeira

semana do mês de junho. O encontro aconteceu em Atibaia, interior de São Paulo, nos dias 12, 13 e 14 de junho.

“Esse é um momento em que os novos coordenadores e os conselhos de curso tomam as principais decisões para a rota dos programas. Por isso, gostaríamos de abastecê-los com informações da Pós-Graduação da Universidade e do Brasil”, disse o pró-reitor da PROPG, Eduardo Kokubun. “E também busca aproximar a gestão dos programas do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unesp (PDI).”

Para promover o debate entre os presentes, foram organizados seminários com o diretor de Avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Lívio Amaral, o diretor científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Carlos Henrique Brito Cruz, Tânia Regina de Luca, assessora da Vice-reitoria e coordenadora do PDI, Vanderlan da Silva Bolzani, diretora executiva da Agência Unesp de Inovação (Auin), a professora Gladis Massini Cagliari, da Faculdade

de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara e coordenadora da Comissão Assessora da Câmara Central de Pós-Graduação (CAPG), e o consultor do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo), Paulo Sérgio Cereda.

PANORAMAS

Os novos coordenadores assumem seus postos em um cenário em transformação, segundo o pró-reitor. Desde a década de 1960, as pesquisas científicas eram regulamentadas pelo próprio corpo de pesquisadores, e sucessos e progressos eram medidos por indicadores bibliométricos, como número de publicação de artigos ou livros, e os fatores de impacto medidos pela citação dos trabalhos. A partir do novo século, a Ciência necessita responder à sociedade, e o conhecimento gerado deve ter aplicação para ela.

Ao se mudar o paradigma, novos desafios são impostos. Entre esses, Amaral cita a necessidade da transferência do conhecimento das universidades para a sociedade. De acordo com o diretor da Capes, a Pós-Graduação no Brasil é o nível de Educação que mais se desenvolve. Em 1987, eram titulados, aproximadamente, 1 mil doutores em todo o país; 24 anos depois, recebiam esse título cerca de 12 mil estudantes.

No mesmo período, o número de artigos publicados passou de quase 3 mil para valores próximos de 33 mil. Em 2010, a posição brasileira no ranking de produção científica mundial era a décima terceira, à frente de Holanda, Rússia e Taiwan. “O sucesso da pós-graduação é resultado de uma política de Estado, que conta com um processo de avaliação permanente”, disse Amaral.

O Estado de São Paulo coloca 1,6% do seu PIB (Produto Interno Bruto) em desenvolvimento de pesquisas, segundo Brito Cruz. Essa porcentagem é superior à de muitos países, como Rússia, Itália e o próprio Brasil. Para o diretor da Fapesp, os conhecimentos gerados nas universidades públicas estaduais precisam aumentar seu impacto intelectual, econômico e social, por meio de inovações tecnológicas, formação de profissionais para a Educação, e um aumento da cooperação internacional.

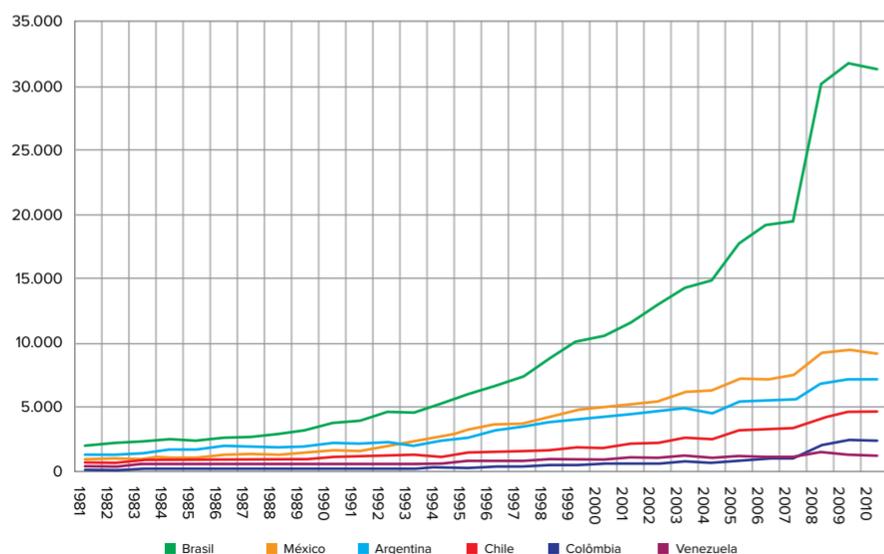
APOIO

Para auxiliar na gestão da coordenação dos programas frente às novas demandas, a professora Tânia de Luca apresentou aos participantes uma metodologia de administração usada por gestores públicos nas diferentes esferas de poder, e também pelo grupo responsável pelo PDI. A técnica conhecida por “SMART” (eSpecifico, Mensurável, Atingível, Relevante, Tempo) determina a fixação de objetivos específicos e o estabelecimento de indicadores para a avaliação constante.

Um outro desafio a ser enfrentado pela Pós-Graduação está relacionado à transferência de conhecimento para a sociedade. Neste ponto, os pesquisadores da Unesp recebem o apoio da Auin. “A Agência é a articulação entre o setor produtivo, o setor público e a Universidade”, disse Vanderlan.

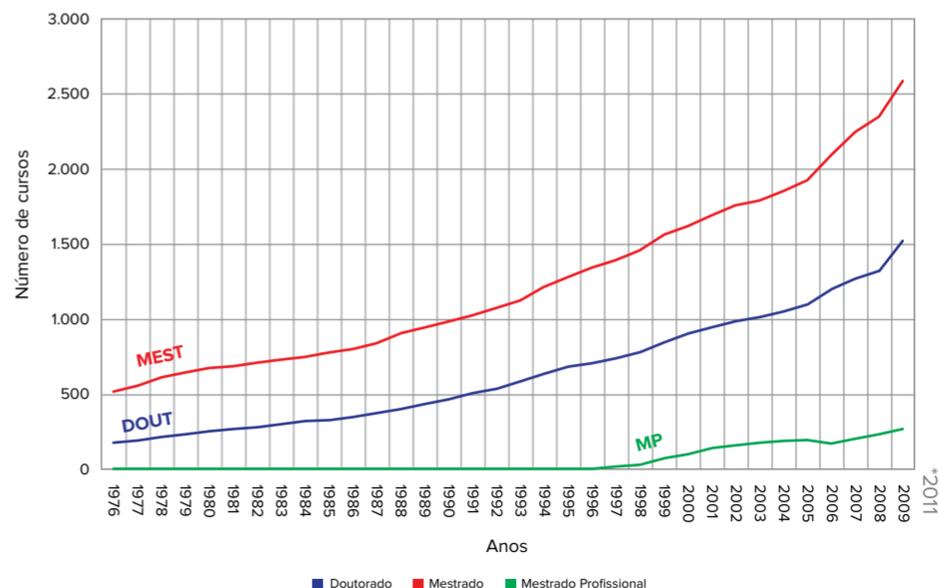
“Dentro do evento, houve um espaço para que os coordenadores, divididos em grupos por áreas, descrevessem problemas, metas e como medir impactos sociais dos programas. A intenção é agregar essa contribuição no Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação da Unesp”, concluiu o pró-reitor.

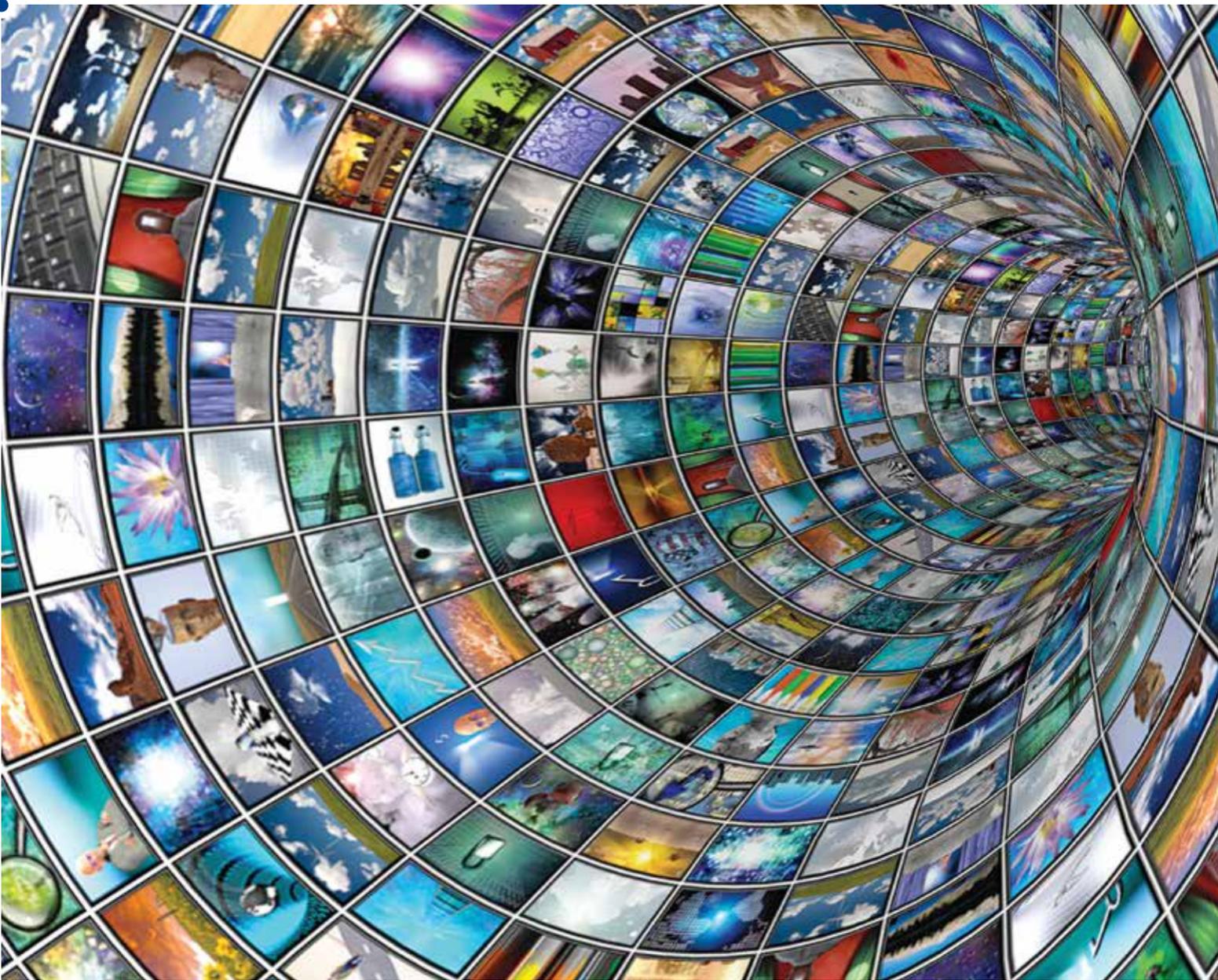
Produção Científica: Brasil e América Latina (1981-2011)



Fonte: ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Data Base Deluxe - SCI (2010).

Evolução no número de cursos da Unesp (1976-2011)





Inovação é um dos principais fatores para que um emprego e uma empresa não caminhem para a extinção

Ciência, tecnologia e empreendedorismo

Pesquisa identifica lacunas e aponta caminhos de diálogo

Identificar possíveis causas da lacuna existente entre as pesquisas acadêmicas e a aplicação delas pelas empresas foi o objetivo da tese de doutorado de Vanessa Cristhina Gatto Chimendes. Intitulado “Ciência e Tecnologia x Empreendedorismo: diálogos possíveis e necessários”, o trabalho verifica como essa distância resulta em um baixo grau de inovação nos produtos ou serviços prestados e em um pequeno número de patentes concedidas no País.

Para a autora, as mudanças tecnológicas tornam a concorrência cada vez mais acirrada em todos os níveis, inclusive entre regiões e países. O conhecimento tornou-se essencial para a geração de

riqueza e para a promoção do bem-estar social.

A inovação seria, portanto, um dos principais fatores para que o emprego e a empresa não entrem em um estado estacionário rumo à extinção. Fortalecer a capacidade inovadora do País, com a crescente utilização da tecnologia gerada internamente, faria com que a tecnologia, no sentido econômico, fosse um bem passível de comercialização.

Apresentada à Faculdade de Engenharia da **Unesp**, do Câmpus de Guaratinguetá, para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Mecânica, na área de Transmissão e Conversão de Energia, sob orientação de

Tomaz Manabu Hashimoto e co-orientação de Antônio Jorge Abdalla, a pesquisa aponta que a produção de conhecimento no Brasil é significativa, porém a transformação desse conhecimento em resultado econômico ainda tem muito que avançar.

MISSÕES

“Além disso, o país investe pouco em P&D (pesquisa e desenvolvimento), se comparado às economias mais desenvolvidas. As principais causas apontadas para esse distanciamento estão relacionadas às diferentes missões da universidade, da empresa e do Estado, à formação dos recursos humanos, à baixa cultura empreendedora

e às dificuldades oriundas dos marcos regulatórios, tudo servindo de obstáculo para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico de produtos, processos e serviços”, diz Vanessa.

Para ela, existe um distanciamento entre as pesquisas desenvolvidas nas universidades e centros de pesquisa e a aplicação destas pelas empresas, traduzindo-se em um baixo grau de inovação nos produtos ou serviços prestados. “Esta lacuna acaba tendo como consequência o baixo número de patentes concedidas”, diz.

De acordo com Vanessa, há dificuldades históricas e culturais que criaram uma atmosfera de desânimo e

pessimismo com relação a esta parceria. Aponta-se, geralmente, que a universidade é ineficaz e lenta, que os empresários preferem importar tecnologia a desenvolvê-la, não se interessam pela pesquisa, buscam lucro imediato, que os pesquisadores só se preocupam em publicar artigos científicos ou ainda que os contratos são tão burocráticos que inviabilizam as parcerias.

INTERMEDIÇÃO

Para a consolidação de um sistema de inovação maduro, além da atuação dos pesquisadores e empresários, é de fundamental importância um terceiro ator, o governo. “O poder público deve ter clara a relevância da inovação para a economia nacional e para o desenvolvimento social. Sua atuação deve orientar-se no sentido de desenvolver políticas públicas e orientações legais que incentivem a inovação, valorizem os pesquisadores e a educação e facilitem a interação entre o setor produtivo e o ambiente de pesquisa e desenvolvimento tecnológico”, diz na sua pesquisa.

Para Vanessa, os engenheiros/pesquisadores em particular têm um papel fundamental na intermediação dos processos de inovação. “O engenheiro deve ter, na sua formação, uma cultura que valorize a ciência e a tecnologia, que o prepare para a resolução não apenas de problemas técnicos, mas também de problemas e desafios econômicos e sociais. Para isso, o ensino não deve ver o conhecimento como um mero produto, deve incitar à dúvida, ao pensamento divergente, à cidadania”, avalia.

A pesquisa científica deveria fazer parte da cultura, condição desejável para gerar conhecimento científico. “Sobretudo, é necessário aprender a utilizar o conhecimento. Caso contrário, o desejo de modernização e de aumento da competitividade da nação ficarão simplesmente na retórica”, diz. “Pesquisa e educação são necessárias e por isso devem ser tratadas com atenção.”

“Cresce a importância da formação do homem, que poderá ser fomentada com exemplos diários entre colegas e professores, durante alguns anos, além da inclusão na grade curricular de disciplinas de áreas fundamentais do conhecimento humano como filosofia, estudos sociais e história”, conclui Vanessa.



A anta (esq.), ainda presente no Parque Estadual Carlos Botelho, parece não ter tanto impacto na mortalidade e recrutamento florestal quanto a queixada (dir.), espécie localmente extinta



Deltotilum furcatum

Coprophanaeus saphirinus

Dichotomius mormon

Phanaeus splendidulus

Quatro espécies de besouros coprófagos grandes (> 15 mm) encontradas nas áreas de Mata Atlântica contínuas do Estado de São Paulo

Extinção de mamíferos pode levar ao colapso ecológico

Três artigos em publicação internacional tratam de defaunação na Mata Atlântica

Atualmente, diversos ecossistemas brasileiros têm enfrentado perdas de biodiversidade, sendo a perda de animais especificamente conhecida como defaunação. A defaunação é resultado, sobretudo, da redução e fragmentação de habitats naturais, e em grande parte da caça por populações humanas, e tem inúmeras consequências sobre os ecossistemas.

Tendo em vista a divulgação de estudos inéditos sobre o tema, o periódico científico *Biological Conservation*, um dos mais renomados na área, irá lançar um volume especial: *Defaunation's impact in tropical terrestrial ecosystems*, organizado por Mauro Galetti, professor do Instituto de Biociências da Unesp, Câmpus de Rio Claro, e por Rodolfo Dirzo, da Universidade de Stanford, nos EUA.

No volume serão publicados três artigos que abordam a defaunação no bioma Mata Atlântica. As pesquisas foram desenvolvidas por pesquisadores do Laboratório de

Biologia da Conservação (LaBiC), do Departamento de Ecologia do IB da Unesp de Rio Claro, SP, junto com colaboradores de outras universidades brasileiras (Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Mato Grosso) e estrangeiras (Université de Liège, Bélgica, e Instituto de Ecologia de Veracruz, México).

Em uma das pesquisas, Maria Luisa Jorge, junto com outros pesquisadores, avaliou a presença nos remanescentes de Mata Atlântica de quatro das maiores espécies de mamíferos do bioma: a anta, o miqui, a queixada e a onça-pintada.

Os resultados demonstraram que 88% da área remanescente de Mata Atlântica já perdeu as quatro espécies, e 96% perdeu pelo menos uma delas. Em apenas 4% da área remanescente as quatro espécies podem ser encontradas juntas.

Os pesquisadores alertam no artigo para as consequências do desaparecimento dessas espécies, que têm funções na dispersão de sementes (anta e miqui), herbivoria (anta

e queixada), predação de sementes (queixada) e controle das populações de espécies presa (onça-pintada).

Em outra pesquisa, Carlos R. Brocardo, doutorando do programa de Zoologia do Instituto de Biociências de Rio Claro, e colaboradores avaliaram a influência de mamíferos de médio e grande porte na regeneração florestal em uma área de Mata Atlântica parcialmente defaunada (Parque Estadual Carlos Botelho, SP).

DISPERSORES

Na área estudada, os primatas, principais dispersores de sementes, permanecem abundantes na floresta, enquanto os ungulados e roedores de grande porte, principais herbívoros e predadores de sementes, são raros.

Os resultados do estudo demonstraram que devido à baixa abundância, os mamíferos de solo (grandes roedores e ungulados) influenciam pouco no recrutamento de plântulas, já que seguindo a redução em sua abundância, há igualmente

redução na intensidade da herbivoria e consumo de sementes, funções ecológicas desempenhadas por eles. Ademais, na área estudada a queixada (*Tayassu pecari*) está extinta localmente. Esta espécie vive em grupos de até 200 indivíduos, e na sua ausência o sub-bosque não sofre mais com o intenso pisoteio e atividades de forrageamento que acabam influenciando a mortalidade e o recrutamento de plântulas.

Além dos efeitos diretos na vegetação, a extinção local de mamíferos de grande porte também pode causar modificações nas comunidades de besouros coprófagos (popularmente conhecidos como besouros-rola-bosta), como foi demonstrado na pesquisa da dra. Laurence Culot e colaboradores.

Os besouros coprófagos dependem de excrementos de mamíferos para alimentação e material de ninhos. Estes besouros têm um papel muito importante na ciclagem de nutrientes nos ecossistemas, já que ao ingerirem ou enterrarem as fezes de

mamíferos facilitam a sua degradação. Ainda, as espécies maiores de besouros atuam como dispersores secundários de sementes, quando levam junto com as fezes as sementes que os mamíferos haviam ingerido.

BESOUROS

Os pesquisadores mostraram uma diminuição na riqueza de espécies de besouros coprófagos em áreas defaunadas, além de haver predomínio de espécies de besouros menores nessas áreas. Além disso, mostraram que a composição das comunidades desses besouros não depende somente da biomassa de mamíferos, mas também da composição das comunidades de mamíferos (presença ou não de primatas, por exemplo).

Essas modificações nas comunidades de besouros coprófagos devido à extinção local de mamíferos grandes podem prejudicar tanto a ciclagem de nutrientes quanto a dispersão de sementes nesses ambientes, possivelmente afetando a regeneração da Mata Atlântica.

Professor de Rio Claro coordena pesquisa publicada na *Science*

Cientistas descobrem que a extinção das aves pode afetar a evolução das plantas

Um grupo de cientistas da **Unesp**, da USP, da UFG (Universidade Federal de Goiás) e pesquisadores de Espanha e México acabam de publicar um artigo na revista *Science* mostrando que a extinção local das aves pode influenciar a evolução das plantas.

Há algum tempo sabe-se que as aves possuem um papel importante para as plantas, seja polinizando suas flores, seja comendo os frutos e dispersando as suas sementes. A extinção das aves pode, portanto, ter efeitos sobre a ecologia das plantas que dependem de aves para se reproduzirem. Porém, nunca havia sido demonstrado que a extinção das aves grandes pelo homem, como os tucanos, pode mudar a evolução das plantas.

O grupo de pesquisadores estudou detalhadamente a ecologia da palmeira conhecida como palmito juçara (*Euterpe edulis*) em 22 áreas na Mata Atlântica. O palmito juçara é bem conhecido por produzir o palmito, muito consumido na culinária brasileira, e por isso hoje ameaçado de extinção.

Na Mata Atlântica, o juçara é uma importante fonte alimentar para mais de 50 espécies de aves, como papagaios, sabiás, jacús, arapongas e tucanos. Os

pesquisadores notaram que em locais onde os tucanos haviam sido extintos há mais de 50 anos pela caça ou o desmatamento, as palmeiras juçaras produziam frutos pequenos, enquanto em florestas conservadas e com tucanos as palmeiras possuíam frutos de tamanhos mais variados, apresentando desde frutos pequenos a grandes. “Muitas aves grandes que consomem frutos são caçadas ou não sobrevivem ao desmatamento e à redução da floresta”, relata o doutor Mauro Galetti, coordenador da pesquisa.

Por meio de análises genéticas e ecológicas os pesquisadores encontraram que, em locais onde as aves grandes foram extintas pelo homem, somente as aves pequenas como os sabiás dispersam as sementes da juçara. Como os sabiás possuem boca pequena, eles não conseguem comer e dispersar os frutos grandes, que caem embaixo da palmeira e não geram novas plantas. Dessa forma, na ausência de aves grandes, apenas as sementes pequenas acabam gerando novas plantas e ao longo do tempo apenas sementes pequenas serão encontradas na natureza.

“As pessoas acreditavam que a seleção natural demonstrada por Charles Darwin mais de

100 anos atrás levava anos para ocorrer, mas nossos dados mostram que o impacto humano, causando a extinção de aves grandes, seja por caça ou desmatamento, seleciona rapidamente as plantas com sementes pequenas”, explica Galetti.

A redução no tamanho das sementes nas populações de plantas pode trazer consequências negativas para as plantas, pois sementes pequenas sofrem maior mortalidade devido ao dessecação. “Como as previsões climáticas futuras sugerem períodos mais secos e mais severos em decorrência das mudanças climáticas, as sementes pequenas provavelmente não germinarão”, completa Galetti.

“Esse trabalho mostra que a integridade da floresta é importante para manter os grandes dispersores de sementes. Os tucanos são importantíssimos para as plantas, porque além de eles dispersarem muitas sementes, eles estão entre as poucas aves que comem sementes grandes. Com a extinção dessas aves, muitas espécies de plantas podem estar sofrendo o mesmo que o palmito juçara”, explica Mauro Galetti, docente do Departamento de Ecologia da **Unesp**.

Pós-graduação em Ecologia e Biodiversidade

O recém-criado programa de Pós-graduação em Ecologia e Biodiversidade (mestrado e doutorado) do Instituto de Biociências (IB) da **Unesp** de Rio Claro terá a primeira seleção em julho de 2013.

O programa de Pós-graduação em Ecologia e Biodiversidade da **Unesp** Rio Claro pretende formar



Aves maiores, como o tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitelinus*), e menores, como o sabiá-una (*Turdus flavipes*), influenciam a dispersão de sementes



profissionais de excelência para atuar em pesquisa nas grandes áreas da Ecologia. O curso tem foco nas distintas escalas ecológicas que permeiam o tema, indo desde a microescala (ecologia molecular, ecologia do indivíduo ou populações), passando pela mesoescala (ecologia de comunidades e ecossistemas), até a macroescala

(ecologia de paisagens e ecologia global). Fortalecer o conhecimento científico nessas áreas é algo extremamente estratégico para um país megadiverso como o Brasil.

INFORMAÇÕES
(19) 3526 4104
<http://migre.me/f59mp>

O MERCADO EDITORIAL FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Seminário internacional debate questões como livre acesso e preservação dos direitos autorais

Daniel Patire, com colaboração de Cíntia Leone

As novas tecnologias permitem o barateamento da produção e ampliam o acesso aos bens culturais. Ao mesmo tempo, elas também facilitam o plágio e a pirataria. Em meio ao debate entre produtores, autores, usuários, a realidade dos e-books obriga as editoras a se posicionarem frente à oposição dos direitos autorais e das novas formas de obras compartilhadas. Para ajudar o posicionamento de profissionais do ramo, autores e público, a Universidade do Livro (Unil) realizou o Seminário Internacional *Direitos*

Autorais: tendências e desafios contemporâneos, nos dias 27 e 28 de maio. O evento aconteceu no auditório da Editora Unesp (FEU), localizado na Praça da Sé, na capital paulista.

“Toda a indústria editorial ainda analisa e verifica quais caminhos deve seguir nesse cenário. A promoção do seminário deu oportunidade para os agentes desse setor discutirem e chegarem a uma posição mais crítica e mais sólida a respeito dos temas que definirão o futuro da edição no mundo”, disse o editor executivo da FEU, Jézio Hernani Bomfim Gutierre.

A Unil, braço educacional da Editora, abriu espaço para palestras e mesas-redondas com os especialistas John B. Thompson (*veja quadro*), professor da Universidade de Cambridge, da Inglaterra, Breno Lerner, superintendente da

Editora Melhoramentos, Lúcia Riff, fundadora da Agência Riff, Eduardo Magrani, professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Também participam Allan Rocha de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e consultor em Direitos Autorais da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Pablo Ortellado, da USP, e Luciana Villas-Boas, editora e agente literária.

DIREITOS

A legislação brasileira sobre direito autoral (Lei 9.610, de 1998) busca proteger os direitos do autor e daqueles ligados a ele. Ela garante os direitos patrimoniais e morais sobre sua obra intelectual, seja ela um livro, uma pintura, uma música, ou mesmo um software.

Por exemplo, ela assegura ao autor o direito de obter os créditos por sua criação, de não ter suas obras alteradas sem autorização prévia e de ser remunerado por terceiros que queiram utilizá-las.

Assim, a digitalização ou mesmo o xerox de livros, o “baixar” músicas na Internet podem ser considerados crimes, de acordo com o professor Souza. “Esse discurso do ‘não pode’, muito usado no caso da pirataria de músicas e que tenta relacionar o download de obras com o crime organizado, torna-se ridículo e esvazia o debate sobre direitos autorais em lugar de fortalecê-lo”, argumentou.

Ao facilitar o acesso e a reprodução de livros, a tecnologia permite que seja ampliado o público leitor, para o consultor da Unesco. E é com base no

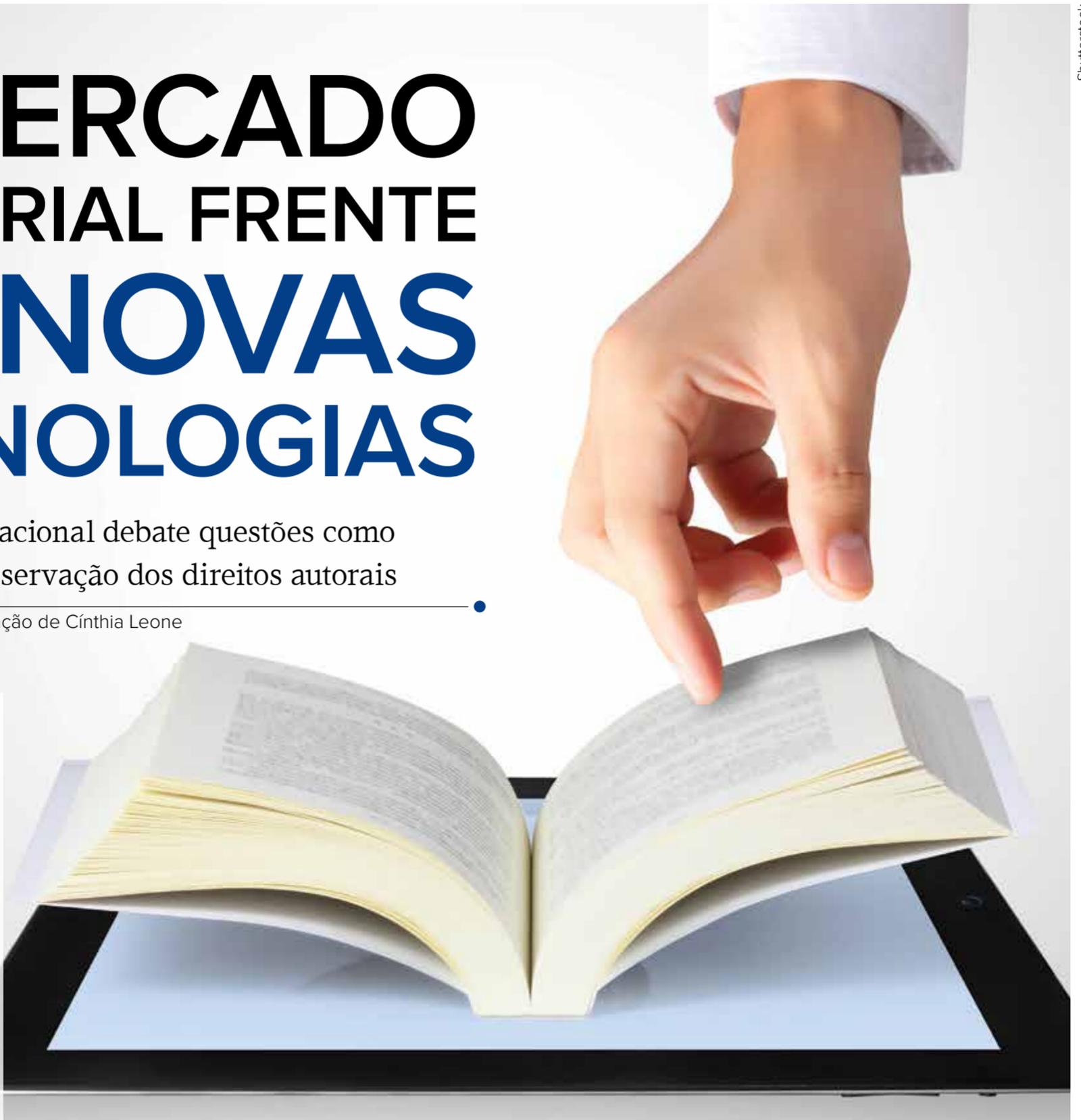
acesso às obras e com a criação de um órgão regulador para resolver os conflitos de direitos autorais, como a digitalização de obras raras de bibliotecas, que deve ser promovido o debate entre produtores culturais, a população e seus representantes no país.

Em sua fala, Magrani apontou falhas na redação da Lei 9.610, como no artigo 46, onde são descritas algumas ações que não ferem os direitos autorais e não necessitam da autorização dos autores. É o caso da reprodução de pequenos trechos de obras, sem fins lucrativos. “O que vem a ser um pequeno trecho? Em uma música, seriam 30 segundos. Em um livro de 500 páginas, seriam 200?”, indagou.

Além da reforma legal, Magrani defendeu o uso

de outros marcos legais, como as licenças Creative Commons (CC), que permitem o compartilhamento, modificação e criação coletiva de textos, músicas, sites, sem ferir o sistema jurídico da propriedade intelectual dos países. “Com esses novos marcos podemos incentivar as criações para aumentar o acervo cultural de uma sociedade”, defendeu.

Desde 2002, a Unesco colabora e apóia os recursos educativos abertos, que são materiais de ensino, aprendizagem e investigação que se encontram em domínio público ou são publicados com o CC, permitindo sua utilização, adaptação e distribuição gratuitas. E, a partir deste ano, as apostilas educacionais da Prefeitura de São Paulo também estão licenciadas nesse modo.



MATERIAIS DIDÁTICOS

Contudo, a falta de controle e pagamento dos direitos autorais de obras usadas em materiais didáticos pode ter forte impacto nas indústrias editoriais.

Conforme Lerner, os governos federal, estaduais e municipais são os maiores clientes do mercado editorial brasileiro, e o não pagamento da reprodução ou uma diminuição drástica desses recursos pode levar as empresas à falência.

Nessa perspectiva, a Lei de direitos autorais defende tanto autores quanto as editoras e empresas criativas, segundo Thompson. Para ele, essas empresas realizam um trabalho “invisível”, como o de agentes literários, copistas, revisores, diagramadores, que garante a qualidade dos livros e precisa ser remunerado. “Há uma ecologia complexa das empresas na criação dos produtos, e esses trabalhadores precisam ser defendidos”, salientou.

“Se o sistema literário for arruinado, acaba-se toda a validação das informações”, sentenciou Luciana Villas Boas. O trabalho de escolha, revisão e publicação feito pelas editoras garante o mínimo de validade nas obras, que é reconhecida pelo leitor. Para a editora, a necessária expansão do público leitor no Brasil deve passar também pela segurança das empresas do ramo.

Durante os debates, a agente literária Lúcia Riff também defendeu as empresas como mediadoras da informação e das obras com o público. Em seu argumento, ela contou dois casos. Sua agência administra os direitos autorais das obras de autores como Luís Fernando Veríssimo e Mário Quintana. Procurada por músicos e editores de livros educacionais para a autorização do uso de textos desses autores, descobriu-se que nenhuma das solicitações era de autoria deles. “Os textos foram pesquisados na Internet, onde qualquer um pode publicar qualquer coisa sem mediação. Nesse meio, não há garantias”, reforçou.



1- Magrani, Gutierrez, Luciana e Thompson;
2- Lerner e Lucia; 3- Ortellado;
4- Profissionais do ramo acompanharam atentamente as discussões

**POLARIZAÇÃO**

Apesar de haver uma polarização entre o livre acesso e a garantia das empresas do setor, a formação e expansão do público leitor foi um tema unânime entre os debatedores. Para o professor Ortellado, uma das barreiras para esse crescimento é o alto custo dos livros no país. Por exemplo, se os alunos universitários comprassem a bibliografia obrigatória em um semestre letivo, comprometeriam 80% da renda familiar, na média da população universitária

brasileira. Em 2008, foram feitas 44 milhões de fotocópias de páginas de livros.

Além desses números, o professor mostrou que 80% da população brasileira comete o crime de pirataria, seja reproduzindo CDs de músicas ou livros completos. “Hoje a pirataria se dá no lar, e sem fins lucrativos. Precisamos pensar em novas estratégias para arrecadação dos direitos autorais”, disse.

Uma proposta apresentada por um grupo de especialistas ao congresso nacional em 2010 propõe que se recolham

os direitos autorais por meio de uma taxa mensal de compartilhamento. Pelo estudo, se fosse recolhido R\$ 1,00 por computador conectado, formaria-se um fundo de R\$ 1,1 bilhão por ano para pagamento dos direitos. “Esse valor é maior que a soma dos direitos a serem pagos pela indústria fonográfica e editorial naquele ano”, explicou Ortellado. A petição dirigida à Casa Civil e ao Ministério da Cultura para reforma da Lei 9.610 não foi ainda encaminhada ao Congresso.

O cenário do mercado livreiro brasileiro é muito mais complexo do que apenas a barreira dos preços, para o diretor-presidente da FEU, José Castilho Marques Neto. As falhas na alfabetização são uma questão fundamental nesse processo. Para ele, as crianças aprendem tão-somente a reconhecer os caracteres, mas não são de fato alfabetizadas. Isso decorre de que apenas 26% dos brasileiros alfabetizados são capazes de compreender integralmente um texto. “Sem uma cultura e uma educação para a leitura, não teremos leitores.”

A Amazon e o mercado anglo-americano

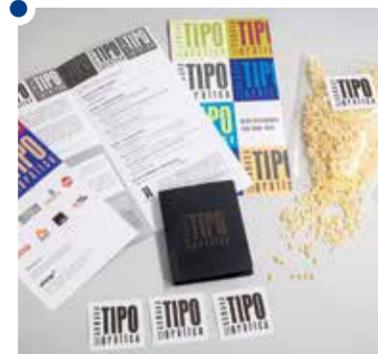
“A Amazon (empresa norte-americana) foi uma predadora do mercado, porque vendia o livro digital num formato que só poderia ser lido em seu dispositivo, o Kindle”, disse John B. Thompson, em *Os mercados de cultura*, lançado pela Editora Unesp durante o evento. A obra enfoca as transformações sofridas por dois dos principais mercados editoriais, captadas

por meio de entrevistas com uma série de profissionais. “Os preços dos livros eram tão baixos que a empresa chegou a operar com prejuízo, para conseguir atrair todo o mercado e a partir daí obter lucro. Os editores não acreditaram quando viram anúncio de grandes obras por \$ 9,99”, contou. Thompson estuda há 30 anos

o setor editorial do Reino Unido e dos EUA, e arrisca dizer que a Amazon será a principal vendedora de livros desses países. E as mudanças provocadas pelos livros digitais poderá trazer de volta à cena pequenas editoras e livros independentes. “Mas essa é só a minha opinião. No fundo ninguém tem certeza de nada. Estamos todos

perdidos”, sentenciou. As editoras pequenas foram devastadas com o crescimento do comércio varejista na década de 1970, de acordo com o professor de Cambridge. Naquele período, começou a concentração de mercado em grandes empresas, produção de best-sellers, e de autores já conhecidos do público, como Stephen King.





Coordenadoras e estagiários do Inky Design e do projeto Memória Visual e produtos desenvolvidos pela equipe

Fotos Guilherme Colosio Rodrigues

Qualidade na comunicação visual

Laboratório Inky Design vivencia experiência profissional em ambiente ideal

Genira Chagas

Cássia Leticia Carrara Domiciano e Fernanda Henriques são professoras do Departamento de Design da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), Câmpus de Bauru. Ambas ministram aulas nas áreas de Produção Gráfica, projetos em Design Gráfico e Tipografia. Juntas coordenam o Laboratório Inky Design, criado há 12 anos para auxiliar as atividades de Ensino e Extensão. No Inky Design professoras e alunos desenvolvem diversos trabalhos de comunicação visual, entre outros projetos, como a recém-criada identidade visual do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri) da **Unesp** (veja quadro).

Cássia coordena o laboratório desde sua criação, em 2001. Foi um projeto desenvolvido com o professor José Luiz Valero Figueiredo, já falecido. Atualmente o nome do laboratório o homenageia. Desde 2011, conta com a parceria, na coordenação, da professora Fernanda Henriques, também do Departamento de Design. Juntas, procuram orientar e acompanhar todos os trabalhos em andamento, que não são poucos.

“O Inky é um laboratório didático e de Extensão. Didático porque o primeiro foco é o aprendizado dos bolsistas, todos alunos do curso de Design, que vivenciam uma experiência ao mesmo tempo profissional – realizam projetos

reais – e ideal, pois trabalham num ambiente onde o processo de criação em equipe é valorizado, com um tempo de trabalho apropriado”, explica.

O laboratório abriga dois projetos extensionistas aprovados pela Proex (Pró-Reitoria de Extensão Universitária) – Memória Visual e o Projeto Inky Design –, focados na prestação de serviços à comunidade unespiana na área de Design Gráfico, como identidades visuais (de projetos, unidades, departamentos, institutos e eventos); produtos editoriais (livros, jornais, cartilhas, catálogos); pôsteres, banners, convites, cartões, entre outras possibilidades de produção impressa. Para o futuro, pretendem incluir o mote

da pesquisa no regulamento do laboratório, uma vez que também produzem artigos, organizam eventos e oficinas.

Cássia acredita que o laboratório ajuda a melhorar a qualidade e a eficiência visual de projetos, instituições e eventos da **Unesp**. “Muitas vezes nosso nome e imagem permanecem ocultos, mas a contribuição é efetiva. Isso é o que realmente importa. Uma marca, uma cartilha, um projeto de sinalização, um livro, um jornal comunitário, todos valorizados, legíveis, claros e acessíveis aos seus usuários. Esta é a nossa colaboração e a aplicação do Design a serviço da Universidade e da comunidade”, afirma.

O Laboratório conta com recursos diretos da Faac e

do Departamento de Design desde a sua criação. Desde a transformação do projeto em um projeto oficial de extensão da Proex, há alguns anos, conta com bolsas e algum recurso. “Também cobramos pequenos valores pelos trabalhos desenvolvidos, em dinheiro ou materiais, que são repassados diretamente à unidade para ajudar a cobrir as nossas despesas e atualizar nossos equipamentos. Os valores são pequenos em relação ao mercado, mesmo sabendo que nosso resultado é totalmente profissional”, pontua a coordenadora.

Em relação aos alunos, há uma seleção anual para o preenchimento das bolsas disponíveis. “Preferimos trabalhar com bolsistas, pois assim garantimos o compromisso e a assiduidade que precisamos para que o trabalho fique ideal. Mas no momento contamos também com alunos voluntários, devido ao grande número de trabalhos. Temos um retorno muito positivo dos que passam pelo Inky, forma-se um vínculo, o que torna o resultado muito gratificante. Valorizamos o trabalho coletivo, a criação compartilhada, nunca posturas individualistas. Esta visão colabora com a formação pessoal e profissional do aluno e vai em direção ao mercado de trabalho em Design. Não mais o individual, mas o relacional, o multidisciplinar, o colaborativo”, explica Cassia.

Identidade visual do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri)

Para Cassia Leticia Carrara Domiciano, coordenadora do Inky Design, uma identidade Visual refere-se a um conjunto de elementos visuais que se articulam e se combinam em diferentes aplicações. “O carro-chefe de uma identidade é a marca”, explica. A coordenadora explica que a sigla foi organizada de modo a suprimir a necessidade de criar um símbolo pictórico. Ela forma um conjunto visual único. Alguns cortes realçam as formas triangulares, que revelam conceitos como

expansão, direção, dinâmica e crescimento. Formam também uma seta, simbolizando um contínuo avanço. “Os cortes também geram partes que se integram ao todo, sendo esta uma das características do Instituto: agregar diferentes órgãos e serviços em prol da expansão da **Unesp** para além de seus muros. A forma triangular também liga o Instituto à imagem da **Unesp** e sua marca, simbolizada por um mapa do Estado de São Paulo composto por triângulos”, afirma. **GC**

Montagem Victor Lira



Ippri Stationary Branding



Ações na Biblioteca da Unesp de Marília



Bibliotecas com acessibilidade

Objetivo é estudar, planejar e implementar ações voltadas a pessoas com deficiência visual

No Brasil são raras as universidades, escolas e bibliotecas que possuem profissionais e estrutura adequada para prestar atendimento conveniente às pessoas com deficiência. Geralmente os alunos com deficiência visual, após ingressarem na Universidade, enfrentam dificuldades para ter acesso à informação e ao material bibliográfico.

“Um dos meios para garantir a inclusão social é a utilização de tecnologias de informação e comunicação, e a Universidade cumpre seu papel quando atende às necessidades da sociedade superando as desigualdades, proporcionando a inclusão e a acessibilidade plena do indivíduo à informação, diz Flávia Maria Bastos, coordenadora da Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB).

Ela ressalta que, além dos equipamentos e softwares especiais, é necessário que os funcionários sejam devidamente capacitados para o atendimento a esses usuários.

Em levantamento realizado pela CGB em 2012, por meio da Secretaria Geral da Universidade, contato direto com as Seções de graduação e pós-graduação das Unidades

e *Anuário Estatístico*, constatou-se a existência de 7 Unidades Universitárias com docentes ou discentes que apresentam deficiência visual e/ou baixa visão: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – já possui o LAD – Laboratório de Acessibilidade e Desenvolvimento que fica dentro da biblioteca da Faculdade, com funcionário que apresenta deficiência visual (3 usuários); Faculdade de Ciências e Letras de Assis (3); Faculdade de Ciências de Bauru (1); Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (4); Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (1); Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (4) e Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (1)

Com esta informação a CGB elaborou o Projeto intitulado Promover a Acessibilidade aos Deficientes Visuais e Baixa Visão à Rede de Bibliotecas da Unesp, que integra o PDI da Unesp – Programa 17 – Bibliotecas – Ação 2 – Meta 4.

O projeto tem duas fases de implantação. Na primeira, em Marília, já realizada, a Biblioteca da Unidade foi piloto. Em seguida, serão abrangidas as demais que possuem alunos com deficiência

visual. Na segunda, prevista para ser executada em 2014, as bibliotecas que não possuem usuários deficientes visuais receberão um Kit básico, com equipamento e software para o atendimento a esse usuário.

Para a implementação do projeto a Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) instituiu o Grupo de Acessibilidade da Rede de Bibliotecas da Unesp – GARBU, com a finalidade de estudar, planejar e implementar ações voltadas à acessibilidade para a comunidade acadêmico-científica da Unesp e ao cidadão com necessidades especiais.

INCLUSÃO

Em parceria com o LAD – Laboratório de Acessibilidade e Desenvolvimento, de Araraquara, o Grupo de Acessibilidade está instituindo um novo serviço nas bibliotecas da Unesp: Serviço de Inclusão e Acessibilidade à Informação (SIAI), cujo objetivo é possibilitar às pessoas com deficiência o atendimento e o acesso às informações para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O serviço é destinado a pessoas com deficiência, tanto da comunidade interna quanto da comunidade externa da Unesp, respeitando

o regulamento de cada biblioteca. Os usuários, uma vez cadastrados no sistema da biblioteca e comprovando a deficiência, poderão utilizar os equipamentos específicos para manejo e leitura de documentos. Também poderão fazer uso de uma senha pessoal e intransferível para acessar obras em uma Biblioteca Digital Acessível (BDA) que está em fase de estudo para implantação.

Para funcionamento do serviço, as bibliotecas deverão seguir seus regulamentos locais, respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Acessibilidade da Rede de Bibliotecas da Unesp (GARBU).

Neste novo serviço está prevista a implantação de um conjunto completo de tecnologias assistivas nas bibliotecas destas Unidades, permitindo o pleno acesso aos recursos bibliográficos e informacionais existentes, enquanto deverá ser implantado também nas outras bibliotecas da Rede um conjunto básico de tecnologias assistivas, que permitam oferecer a acessibilidade visual e auditiva à comunidade usuária.

As tecnologias assistivas incluem: Leitor autônomo SARA

CE (com a função de ajudar pessoas com deficiências na visão a ler documentos impressos, usa a mais recente tecnologia no reconhecimento e leitura de caracteres de uma forma clara, com voz sintetizada); Plusteck (possibilita a digitalização e leitura de documentos impressos; Victor Reader Stream (leitor portátil de livros); Lupa eletrônica (auxílio de ampliação ótica para pessoas com baixa visão), Linha Braille (reproduz em Braille o que está na tela do computador) e Conjunto básico gratuito (scanners de voz e softwares leitores de tela).

ATENDIMENTO

O SIAI foi iniciado na Biblioteca da Unesp de Marília por ela possuir o maior número de alunos com deficiência visual. Foi inaugurado na primeira quinzena de março de 2013 e já vem atendendo os usuários da Unidade e da comunidade externa.

Foram instalados os equipamentos do conjunto completo, oferecida capacitação para manuseio dos equipamentos para a equipe da biblioteca e os servidores do STI, e capacitação para toda a equipe da biblioteca para o atendimento correto a esses usuários com o professor Eduardo Manzini, do próprio Câmpus de Marília e especialista na área.

“Em final de abril, em visita à Unesp de Marília, avaliadores do MEC elogiaram o serviço, registraram com fotografias e disseram que em nenhuma Universidade eles viram este tipo de trabalho”, conta Flávia.



Regiani: domínio fluente da língua inglesa

Professora no Santa Fe College

Regiani Aparecida Santos Zacarias, professora da **Unesp** de Assis, foi premiada pela Comissão Fulbright como Professora Visitante para lecionar no Santa Fe College na cidade de Gainesville, Flórida, EUA, durante o ano letivo 2012-2013. A vaga para trabalhar no departamento de Ciências Humanas e Línguas foi aberta para acadêmicos de Argentina, Chile e Brasil e tinha como requisitos o domínio fluente da língua inglesa e da língua espanhola e a formação em Ciências Humanas e Sociais.

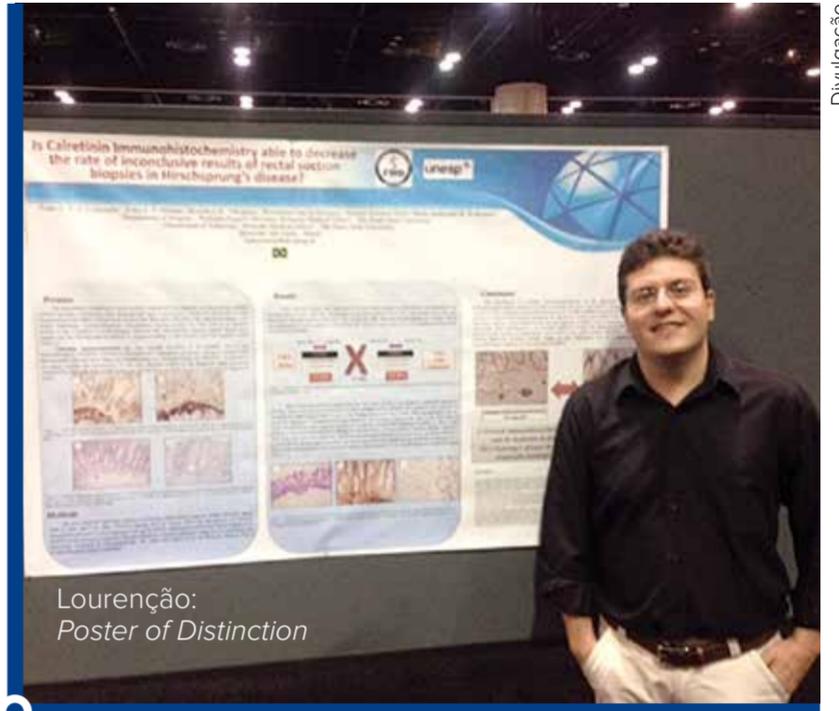
Durante a estada, fez intermediações para o desenvolvimento de processo colaborativo entre o Santa Fe e a **Unesp** que resultaram em um Acordo Internacional que está sendo firmado entre as duas instituições e que irá beneficiar muitos alunos norte-americanos e brasileiros. "Além do aperfeiçoamento profissional, acadêmico e institucional, a minha família beneficiou-se da experiência e trouxe na bagagem habilidades preciosas, como a fluência em língua inglesa e o convívio com outras culturas", conta.

Advogada, com cursos de especialização em Direito e formada em Letras, Regiani é Mestre em Letras

e Doutora em Estudos da Linguagem. Professora de inglês na **Unesp**, Câmpus de Assis, desenvolve estudos e pesquisas na área de ensino e aprendizado de línguas. "A minha principal área de interesse e estudo é Lexicografia bilingue português-inglês", conta.

Durante o período em que esteve na instituição lecionou duas disciplinas por semestre. Em 2012, Humanidades da América Latina, juntamente com o Dr. William Little, também chefe do departamento de Humanidades e Línguas; e Política dos países em desenvolvimento, juntamente com a Dra. Vilma Fuentes, também assessora de relações exteriores do College. Em 2013, lecionou Tópicos em redação avançada: Linguística e Lexicografia, juntamente com a Profa. Ms. Susan Miller, também chefe do departamento de Língua Inglesa; e Casamento e Família, juntamente com a Dra. Naïma Brown, Vice-presidente do College.

Veja entrevista de Regiani em inglês
<http://bit.ly/14h7cbx>



Lourenço: Poster of Distinction

Tese da Medicina recebe destaque

Assessoria de Comunicação e Imprensa da FM/Botucatu

Um trabalho da Faculdade de Medicina (FM), Câmpus de Botucatu, foi apresentado em forma de pôster durante o DDX (Digestive Disease Week), realizado em Orlando, na Flórida (EUA), entre os dias 19 e 21 de maio. O estudo, intitulado "Is calretinin immunohistochemistry able to decrease the rate of inconclusive results of rectal suction biopsies in Hirschsprung's disease?", é parte da tese de doutorado do professor Pedro Lourenço, da disciplina de Cirurgia Pediátrica.

A pesquisa, orientada pela professora Maria Aparecida Marchesan Rodrigues, do Departamento de Patologia, recebeu destaque dos organizadores, com o título "Poster of Distinction". Os autores do trabalho são os docentes da Cirurgia Pediátrica

Pedro Lourenço, Erika Ortolan, Bonifácio Takegawa, Rozemeire Marques e da Patologia a docente Maria Aparecida Marchesan Rodrigues.

O DDW é um congresso anual organizado pelas sociedades americanas de cirurgia, gastroenterologia clínica e endoscopia digestiva. Tem a participação de mais de 15 mil inscritos de todo o mundo.

O trabalho que foi apresentado divulgou os excelentes resultados da inclusão de um marcador imuno-histoquímico (calretinina) no painel de análise histopatológica das biópsias de reto dos pacientes com Doença de Hirschsprung – na qual ocorre um aumento do cólon, causado por obstrução intestinal. Esse procedimento é utilizado no Hospital das Clínicas da FMB desde 2010.



Quadro de Paulo Antonio Tosta

Premiação em Salão de Belas Artes

A Comissão de Seleção e Premiação do LXI Salão de Belas Artes de Piracicaba 2013, reunida na Pinacoteca Municipal "Miguel Dutra", selecionou 122 obras de 60 artistas, sendo 76 pinturas, 27 esculturas, 10 aquarelas, 4 pastéis-secos e 5 desenhos.

O quadro de Paulo Antonio Tosta, intitulado "Livia e a canção de ninar japonesa", além de ter sido selecionado para a exposição, com mais duas obras do artista, *O último acorde* e *Tomando o sol da manhã*, recebeu o Prêmio Aquisitivo Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 7.800.

"O quadro premiado é um retrato da filha de meu sobrinho. Foi selecionado entre mais de 600 trabalhos e fará parte do acervo da Pinacoteca de Piracicaba", conta Tosta, funcionário do Departamento de Zootecnia da **Unesp** de Jaboticabal. A seleção ocorreu dia 27 de maio. A abertura do Salão acontecerá dia 26 de julho.

INFORMAÇÕES
patosta@fcav.unesp



Divulgação

Estudantes do Instituto de Biociências de Rio Claro vivenciaram competição

Unesp participa de Copa de Dança Esportiva

Alunos da disciplina de Iniciação às Danças de Salão oferecida pela professora Sílvia Deutsch no curso de Educação Física do Instituto de Biociências da **Unesp**, Câmpus de Rio Claro, participaram, em Jundiaí, SP, da VI Copa ESEF de Dança Esportiva – 2013, acompanhados pelo professor Flávio Soares Alves.

A participação neste evento faz parte da programação da disciplina que tem como um de seus objetivos caracterizar a dança de salão em seus aspectos sociais, lúdicos, estéticos e competitivos. Como conteúdo programático os alunos vivenciam a

participação e organização de eventos na área como jantar dançante com apresentações e ainda uma situação de competição.

Essa disciplina é desenvolvida no primeiro semestre há mais de 20 anos. Neste ano contou com a participação de 32 alunos, dos quais 15 se dispuseram a participar desta Copa. Durante o evento os alunos tiveram a oportunidade de assistir a apresentações de casais que competem em Danças Esportivas nacional e internacionalmente, observar os aspectos administrativos envolvidos na organização de uma competição e ainda

competir com outros grupos de dança vindos de São Paulo e Minas Gerais.

Apesar do pouco tempo de experiência e treinamento, os alunos obtiveram as seguintes classificações: o casal Bruno do Prado Santos e Déborah Oliveira, 2º lugar nas danças standards e 3º lugar na classificação geral da categoria iniciante; e o casal Vitor Abdias Cabót Germano e Mayra Giovaneti de Barros, 2º lugar na classificação geral da categoria iniciante. A experiência foi tão gratificante que o grupo já está verificando a possibilidade de ir a Minas Gerais em outubro participar de outra competição. O evento ocorreu dia 8 de junho.



Divulgação

Jovens do Instituto de Artes: viagem para o Koblenz Guitar Festival

Violonistas na Alemanha

Paulo Velloso

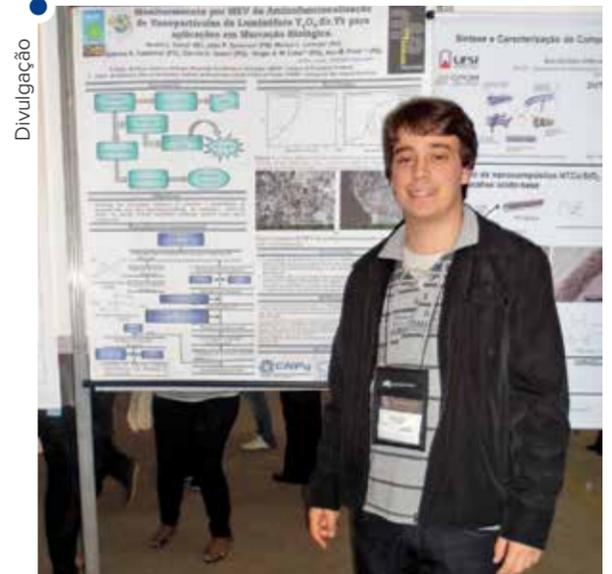
Este ano, o maior e mais importante festival de violão do mundo – o Koblenz Guitar Festival –, realizado na Alemanha entre os dias 13 e 20 de maio, contou com a presença de quatro alunos do Instituto de Artes (IA) da **Unesp**, Câmpus de São Paulo. Rafael Brides, de 30 anos, Matheus Gonçalves, 19 anos, Lourival Lourenço Jr., 24 anos, e Elissom Barbosa, de 22, engrossaram a comitiva

brasileira que, com outros 22 países, participou do evento.

Realizado anualmente em Koblenz, cidade com pouco mais de 107 mil habitantes às margens dos rios Reno e Mosela (daí o seu nome, que significa “encontro de rios”), o festival reuniu, nesta 21ª edição, 33 professores e pelo menos dois dos maiores violonistas da atualidade, o escocês David Russell e o cubano Manuel Barrueco. “Havia dois concertos e dezenas de masterclass por

dia”, contabiliza o calouro Lourenço Jr. “Foi uma experiência inesquecível.”

Denominado Violão Brasil, o grupo, na verdade, foi formado às vésperas do embarque. Com o lançamento de um edital pelo Ministério da Cultura, no programa Intercâmbio e Difusão Cultural, os quatro alunos se reuniram para redigir o projeto que lhes proporcionaria a viagem. Como o MinC só disponibilizaria três passagens, o IA bancou a quarta.



Divulgação

Costa: destaque nacional

Aluno premiado em Química de Materiais

Édison Trombetta e Altino Correia, pela Comissão de Comunicação da Unesp de Presidente Prudente

André Lucas Costa, aluno do 4º ano do curso de Licenciatura em Química da **Unesp**, Câmpus de Presidente Prudente, desenvolveu um dos três melhores trabalhos da seção de Química de Materiais apresentados na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química (RASBQ). A premiação ocorreu em Águas de Lindoia, no fim do último mês.

O trabalho “Monitoramento por MEV da aminofuncionalização de nanopartículas do luminóforo Y2O3:Er,Yb para aplicações em marcação biológica” contou com a colaboração dos alunos de pós-graduação João Gelamos, Marlon Laranja, Sabrina Camacho e Glenda Souza e dos professores Sergio Lima e Ana Pires, a orientadora. Ao todo, a seção de Química de Materiais tinha 164 trabalhos.

O evento é promovido pela Sociedade Brasileira de Química e atrai pesquisadores da área de vários países latino-americanos, dos Estados Unidos e da Europa. “Este é o maior evento da área da América Latina”, informa o aluno.

AGÊNCIA UNESP DE INOVAÇÃO

Visita a polo de Excelência nos EUA



Paulo Velloso

V isando promover um intercâmbio de conhecimento e troca de experiências entre as instituições brasileiras e norte-americanas, três integrantes da Agência Unesp de Inovação (AUIN) visitaram o Centro de Transferência de Tecnologia de Massachusetts (MTTC), em Boston, EUA.

Entre os dias 20 e 24 de maio, Fabíola Spiandorello, gerente de Propriedade Intelectual, Paulo Carvalho, gerente de Transferência de

Tecnologia, e Leopoldo Zuaneti, assessor jurídico, percorreram, além das instalações do MTTC, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), o Centro de Inovação de Cambridge (CIC) e a Universidade de Massachusetts (UMass), além da empresa FoDesign, em Springfield.

De acordo com Fabíola, a viagem foi uma oportunidade única para a aproximação de duas realidades bastante díspares. “Na base de tudo, estão as diferenças culturais”, ela explica. “Em todos os EUA

há um grande estímulo ao empreendedorismo, e quem falha uma ou duas vezes não fica estigmatizado.” Para Paulo Carvalho, essa atitude passa uma grande segurança a todos os envolvidos. “Mesmo que, ao longo do processo, a empresa quebre duas ou três vezes, o investidor, quase sempre de origem privada, não vai se afastar”, diz. “O erro, ali, é visto como experiência e aprendizagem.”



Divulgação

Grupo de brasileiros de diversas instituições conheceu realidade americana

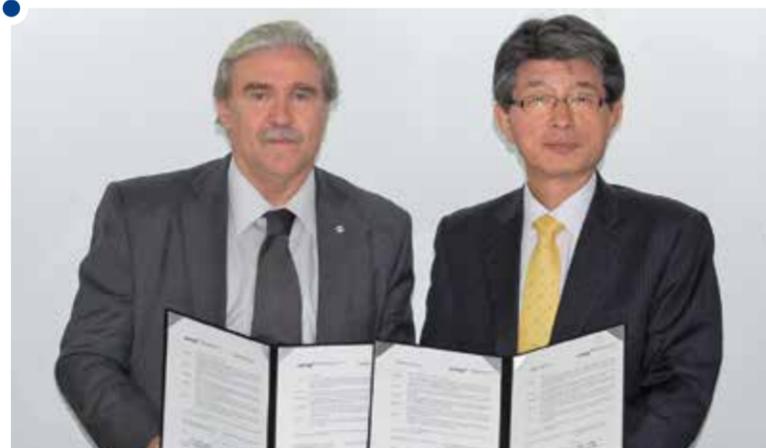
INTERNACIONALIZAÇÃO

Convênio na Coreia do Sul

Daniel Petroski, da Abruem

D ia 16 de junho, o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), João Carlos Gomes, e Julio Cezar Durigan, reitor da **Unesp**, assinaram um convênio com o presidente Unwoo Lee, da University of Science and Technology (UST). Todo o protocolo aconteceu na Embaixada do Brasil em Seul, na Coreia do Sul, na presença do embaixador do Brasil na Coreia, Edmundo Fujita.

O convênio das duas universidades brasileiras com a universidade sul-coreana prevê intercâmbio de estudantes de pós-graduação, professores,



Daniel Petroski

Durigan e Lee: intercâmbio em diversas áreas

pesquisadores e pessoal administrativo, entre outras atividades acadêmicas.

Durigan integra a comitiva Missão Internacional da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades

Estaduais e Municipais (Abruem), que ficou em território sul-coreano em junho, tendo encontros com dez instituições da Coreia do Sul e com representantes do setor de educação do país.



GOVERNADOR: Geraldo Alckmin
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETÁRIO: Rodrigo Garcia

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
‘JÚLIO DE MESQUITA FILHO’

REITOR: Julio Cezar Durigan
VICE-REITORA: Marilza Vieira Cunha Rudge
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: Carlos Antonio Gamero
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO: Laurence Duarte Colvara
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO: Eduardo Kokubun
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Mariângela Spotti Lopes Fujita
PRÓ-REITORA DE PESQUISA: Maria José Soares Mendes Giannini
SECRETÁRIA-GERAL: Maria Dalva Silva Pagotto
CHEFE DE GABINETE: Roberval Daiton Vieira
ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA: Oscar D'Ambrosio
ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA DE INFORMÁTICA: Edson Luiz França Senne
ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA: Edson César dos Santos Cabral
ASSESSOR-CHEFE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: Mario de Beni Arrigone
ASSESSOR-CHEFE DE RELAÇÕES EXTERNAS: José Celso Freire Júnior
ASSESSOR ESPECIAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Rogério Luiz Buccelli
DIRETORES/COORDENADORES-EXECUTIVOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS:
Francisco Leydson Formiga Feitosa (FMV-Araçatuba), Ana Maria Pires Soubhia (FO-Araçatuba), Cleopatra da Silva Planeta (FCF-Araçatuba), Andreia Affonso Barretto Montandon (FO-Araçatuba), Arnaldo Cortina (FCL-Araçatuba), Leonardo Pezza (IQ-Araçatuba), Ivan Esperança Rocha (FCL-Assis), Nilson Ghirardello (FAAC-Bauru), Olavo Speranza de Arruda (FC-Bauru), Jair Wagner de Souza Manfrinato (FE-Bauru), João Carlos Cury Saad (FCA-Botucatu), Silvana Artioli Schellini (FM-Botucatu), Maria Dalva Cesario (IB-Botucatu), José Paes de Almeida Nogueira Pinto (FMVZ-Botucatu), Paulo Alexandre Monteiro de Figueiredo (Dracena), Fernando Andrade Fernandes (FCHS-Franca), Marcelo dos Santos Pereira (FE-Guaratinguetá), Rogério de Oliveira Rodrigues (FE-Ilha Solteira), Ricardo Marques Barreiros (Itapeva), Maria Cristina Thomaz (FCAV-Jaboticabal), José Carlos Miguel (FFC-Marília), Andréa Aparecida Zacharias (Ourinhos), Antonio Nivaldo Hespanhol (FCT-Presidente Prudente), Reginaldo Barboza da Silva (Registro), Jonas Contiero (IB-Rio Claro), Sérgio Roberto Nobre (IGCE-Rio Claro), Renata Maria Ribeiro (Rosana), José Roberto Ruggiero (Ibilce-São José do Rio Preto), Carlos Augusto Pavanelli (ICT-São José dos Campos), Mario Fernando Bolognesi (IA-São Paulo), Wagner Cotroni Valenti (CLP-São Vicente), André Henrique Rosa (Sorocaba) e Danilo Florentino Pereira (Tupã).

jornalunesp

EDITOR: André Louzas
REDAÇÃO: Cíntia Leone e Daniel Patire
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: Altino Correia, Édison Trombetta e Genira Chagas (texto), Daniel Petroski, Leandro Rocha, Paulo Velloso e Sérgio Santa Rosa (texto e fotos), Aline Grego, Diogo de Moraes, Emilie Bovy, Guilherme Colosio Rodrigues, Guto Balieiro, Lindolfo Souto, Luiz Gustavo Leme, Sílvia Mitiko Nishida e Victor Lira (fotos)
PROJETO GRÁFICO: Hanko Design (Ricardo Miura e Andréa Cardoso)
DIAGRAMAÇÃO: Felipe Santiago, Leonardo Fial, Luiz Fernando Almeida e Rafael Tadeu Sarto (RS Press)
REVISÃO: Maria Luiza Simões
PRODUÇÃO: Mara Regina Marcato
ASSISTENTE DE INTERNET: Marcelo Carneiro
APOIO ADMINISTRATIVO: Thiago Henrique Lúcio
TIRAGEM: 16.100 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da **Unesp**, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

ENDEREÇO: Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, Centro, CEP 01049-010, São Paulo, SP. Telefone: (11) 5627-0323.
HOME PAGE: <http://www.unesp.br/jornal>
E-MAIL: jornalunesp@reitoria.unesp.br

IMPRESSÃO: Art Printer

A POESIA DA NATUREZA

Guia de Aves identifica 160 espécies no Jardim Botânico do Instituto de Biociências de Botucatu

Oscar D'Ambrosio

Proporcionar ao visitante do Jardim Botânico do Instituto de Biociências (IB) da Unesp, Câmpus de Botucatu, uma referência fotográfica das aves que ali ocorrem, com alguns dados biológicos e respectivos cantos, é o principal objetivo do *Guia de Aves: Que bichos vivem no Jardim Botânico do IB?*

A obra, coordenada por Silvia Mitiko Nishida, Flávio Kulaif Ubaid, Rodrigo Santiago Oliveira carvalho e Marília Monteiro Quinalha, apresenta as aves indicando a Ordem e Família a que pertencem, o nome científico e o popular mais comumente adotado. Para cada espécie apresentada, são feitas referências sobre itens alimentares que a ave mais come ou prefere; o sistema de acasalamento, a forma de cuidado da prole e do ninho.

Foi seguida a nomenclatura científica adotada pela Sociedade Brasileira de Odontologia. As espécies apresentadas resultaram de dois anos de observações sistemáticas realizadas entre 2010 e 2012, somando 160

espécies distribuídas em 20 ordens e 47 famílias.

Professora do IB, Silvia ressalta que o Jardim Botânico, que fica no Câmpus da Unesp de Botucatu, no distrito de Rubião Júnior, tem uma área de 184.860 m² e faz parte da Rede Brasileira de Jardins Botânicos.

Ela conta que a prática da observação de aves é uma atividade muito relaxante e reveladora, e pode ser praticada por qualquer pessoa, de qualquer idade. "Além do prazer da atividade de observação em si, os observadores de aves são responsáveis por grandes contribuições adquiridas sobre a avifauna de diversos locais, pois geralmente realizam registros fotográficos, de vídeo e gravações das vozes das aves", conta.

A publicação diz que é possível observar aves em qualquer hora do dia, até mesmo à noite. No entanto, em alguns horários as aves estão mais ativas, o que aumenta a chance de observar mais espécies. O melhor horário para a observação de aves é pela manhã, entre 6 e 10 h, e no final da tarde, entre 15 e 18 h. Para a observação

de aves noturnas, o período mais indicado é do início do crepúsculo até às 21 h. "Dias chuvosos ou nublados interferem pouco na atividade das aves, mas ventos fortes podem inibir a atividade da maioria das espécies", explica a professora.

Silvia lembra que o *Guia* surgiu pelo fato de o Jardim Botânico ser aberto à visitação pública. "Desenvolvemos um trabalho de extensão universitária com alunos do ensino básico, onde eles fazem uma visita programada e nós apresentamos a biologia geral das aves. No entanto, não havia nenhum guia para contarmos ou listarmos o conjunto de animais que viviam aqui. Esta publicação é usada durante a visita. Os alunos recebem um exemplar e depois eles levam para casa, com o intuito de estimular neles o interesse pelo assunto", afirma.

A professora destaca a quantidade de espécies catalogadas e a ocorrência de aves residentes como o sabiá-laranjeira, considerado a ave símbolo da cidade de São Paulo e do Brasil. "É uma espécie que ocorre com bastante abundância. Podemos ver o prenúncio da primavera com o canto dele", diz.

Há ainda espécies em risco de extinção que fazem parte da lista do tráfico de aves, como o bigodinho, o canário-da-terra, que aparece ocasionalmente. "Podemos vê-lo livre na natureza e cantando. As crianças podem vê-lo sem gaiolas. Esse é um ponto alto do projeto", comemora. Para a professora, o mais gratificante da atividade é ver o olhar das crianças. "Elas ampliam os sentidos quando são convidadas a observar e a relatar as suas descobertas. A identificação da ave no *Guia* é muito gratificante para todos."

O *Guia* também informa que o Pato Donald não é de fato um pato, mas um marreco. "Infelizmente os desenhos animados não têm um biólogo para auxiliar nas denominações.

Fotos Silvia Mitiko Nishida



1



2



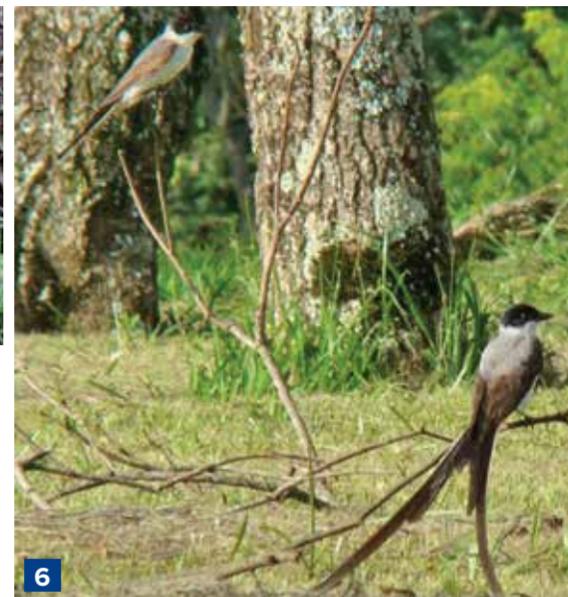
3



4



5



6

- 1- Anu branco
- 2- Canário-do-mato
- 3- Pica-pau-de-banda-branca
- 4- Sabiá-laranjeira
- 5- Coruja-buraqueira
- 6- Tesourinha

INFORMAÇÕES

Contatos para ter acesso ao *Guia das Aves* ou para agendar visitas ao Jardim Botânico: nishida@ibb.unesp.br ou (14) 3880-0328. Para ver imagens de animais que habitam o Jardim Botânico, acesse: http://www.flickr.com/photos/jb_unespbtu/.

Ouçã entrevista com Silvia Nishida em <http://podcast.unesp.br/perfil-15022013-silvia-mitiko-nishida-entrevista-1663>.



Mapa esquemático do Jardim Botânico. Os números indicam pontos de observação e de escuta das aves

Ele é um marreco pelas características físicas que apresenta, pela cor branca e pelo tamanho menor que o dos patos", explica a bióloga.

Os planos futuros do projeto são levantar dados para publicar um volume sobre os anfíbios, peixes, mamíferos e répteis do Jardim Botânico. Outro projeto é um levantamento sobre as

plantas que atraem as aves. A ideia é produzir um tipo de cartilha que oriente a população a plantar em seus quintais e jardins as plantas que atraem as aves, com flores que contenham néctar e plantas frutíferas que possam ser plantadas não só nas casas, mas também pelas prefeituras nas calçadas. A gente deve tentar concluir ainda este ano.